

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E  
EPISTEMOLOGIA

ANA CAROLINA CARDOSO MIOTTI

ENTRE HISTÓRIAS E ARQUIVOS DE UMA CENTENÁRIA: um capítulo chamado  
Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil

RIO DE JANEIRO

2024

ANA CAROLINA CARDOSO MIOTTI

ENTRE HISTÓRIAS E ARQUIVOS DE UMA CENTENÁRIA: um capítulo chamado  
Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Rundsthen Vasques de  
Nader

RIO DE JANEIRO

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

M669e Miotti, Ana Carolina Cardoso  
Entre histórias e arquivos de uma centenária: um capítulo chamado Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil / Ana Carolina Cardoso Miotti. -- Rio de Janeiro, 2024.  
102 f.

Orientador: Rundsthen Vasques de Nader. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2024.

1. Arquivos permanentes. 2. História das ciências. 3. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Nader, Rundsthen Vasques de, orient.

II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Homenagem às ciências que coexistem e  
que me construíram como pessoa, pesquisadora  
e profissional.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela existência e, principalmente, aos seres celestiais pela oportunidade desta realização.

A minha mãe e meu pai pelo incentivo, financiamento e colaboração durante toda a minha vida estudantil, cujo apoio foi eminente para que eu me tornasse a profissional que hoje sou.

A Celi Costa (*in memoriam*).

A Ricardo Silva Kubrusly (*in memoriam*).

Ao meu orientador, Rundsthen Nader, pela amizade e confiança.

A Regina Dantas pela contribuição acadêmica, além do incessante incentivo e conversas amistosas.

Ao Flávio, meu professor da graduação, por ter aceitado meu convite.

Aos que colaboraram direta e indiretamente para a confecção deste trabalho, bem como sugestões e leituras parciais e totais, dentre os quais não posso deixar de mencionar Silvia Lhamas de Mello, Francisco José Cardoso Miotti, Claudio Muniz Viana, Patrick Alger, Alex Trindade Barbosa e Nadiel Fernandes Lima Maia.

Aos seres não humanos, membros da família e agregados, vivos e mortos, que contribuíram de alguma forma para proporcionar momentos lúdicos no decorrer desta pesquisa.

“Não há arquivos que sejam, em essência, históricos,  
e todo papel administrativo, desde sua criação tem,  
em potencial, um valor histórico”.

**Antonino Lombardo**

## RESUMO

A centenária Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reconhecidamente a primeira universidade federal do país, notabiliza-se não somente pela tríade ensino, pesquisa e extensão, mas também por ser uma grande entidade custodiadora de documentos. Dada a sua extensão territorial e, conseqüentemente, a vasta produção documental, é factível que muitos de seus acervos necessitem de tratamento arquivístico. Neste contexto, cabe destacar o Sistema de Arquivos (SIARQ) e, principalmente, a Divisão de Arquivos Permanentes (DAP), cuja principal atribuição é zelar pela documentação administrativa de valor permanente. No início de suas atividades descobriu-se o conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (ENMM), que deu origem a este trabalho. Tal denominação se refere, na verdade, à quase sesquicentenária Escola de Minas de Ouro Preto, enquanto esteve vinculada à Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil, entre 1931 e 1960. Não obstante o longo tempo de subordinação, trata-se de um fato esquecido, muito pouco conhecido ou simplesmente desconhecido, conforme observado pela quantidade inexpressiva de referências ao período, mas que tem sido revelado graças à descrição arquivística do fundo homônimo. Logo, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar a referida instituição, a ressaltar sua relação com a atual UFRJ partindo-se do método historiográfico-arquivístico, através da pesquisa documental, bem como da manipulação de fontes primárias e levantamento bibliográfico concernente. Desta forma, ao resgatar um capítulo da história do ensino superior brasileiro a partir dos arquivos da administração, frequentemente descreditados como fontes significativas para a pesquisa, esta dissertação visa a contribuir em prol da preservação da memória e história relativas à trajetória entrecruzada de duas prestigiosas instituições acadêmicas a fim de preencher lacunas na historiografia e, sobretudo, fornecer material inédito e relevante no âmbito da História das Ciências.

**Palavras-chave:** Escola Nacional de Minas e Metalurgia; arquivo permanente; descrição; preservação; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## RÉSUMÉ

L'Université Fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ), vieille d'un siècle, reconnue comme la première université fédérale du pays, se distingue non seulement par sa triade d'enseignement, de recherche et d'extension, mais également par son rôle de dépositaire de documents. Compte tenu de son extension territoriale et, par conséquent, de sa vaste production documentaire, il est possible qu'un grand nombre de ses collections nécessitent un traitement archivistique. Dans ce contexte, il convient de souligner le Système d'Archives (SIARQ) et, singulièrement, la Division des Archives Définitives (DAP), dont la tâche principale est de s'occuper des documents administratifs de valeur historique. Au début de ses activités, la découverte du fonds archivistique de l'École Nationale de Mines et de la Métallurgie (ENMM) a donné lieu à ce travail. Ce nom fait en réalité référence à l'École de Mines de Ouro Preto, presque cent cinquantaire, alors qu'elle était liée à l'Université de Rio de Janeiro, plus tard, Université du Brésil, entre 1931 et 1960. Malgré la longue période de subordination, elle appartient une école oubliée, très peu connue ou simplement inconnue, comme le constate le nombre insignifiant de références à l'époque, mais qui a été révélée grâce à la description archivistique du fonds homonyme. Donc, cette recherche a le but de présenter l'institution susmentionnée, en soulignant sa relation avec l'UFRJ actuelle, en utilisant la méthode historiographique-archivistique, à travers la recherche documentaire, ainsi que la manipulation de sources primaires et l'enquête bibliographique associée. De cette façon, en connaissant un chapitre de l'histoire de l'enseignement supérieur brésilien à partir des archives de gestion, souvent discrédités en tant que sources importantes pour la recherche, cette thèse vise à contribuer à la préservation de la mémoire et de l'histoire liées à la trajectoire entrelacée de deux prestigieuses institutions d'études académiques afin de combler les lacunes de l'historiographie et, surtout, de fournir un matériau inédit et pertinent dans le cadre de l'histoire des sciences.

**Mots-clés:** École Nationale des Mines et de la Métallurgie ; archives historiques ; description ; préservation ; Université Fédérale de Rio de Janeiro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fachada principal da Escola de Minas na Praça Tiradentes, centro de Ouro Preto – MG.....	44
Figura 02 – Ata da sessão extraordinária ocorrida em 02 de maio de 1931, após a publicação do decreto nº 19.852.....	53
Figura 03 – Registro da presença de Lucio José dos Santos como representante da Escola de Minas na assembleia realizada em 02 de maio de 1931.....	54
Figura 04 – Registro da nova denominação, Escola Nacional de Minas e Metalurgia, na 5ª sessão ordinária do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, ocorrida em 20 de julho de 1937.....	61
Figura 05 – Memorial referente à mudança de sede da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.....	63
Figura 06 – Matéria publicada no jornal O Cruzeiro (MG) sobre desligamento da ENMM, integrante do processo nº 18304/1958-13 (Fundo ENMM; Grupo Gestão Administrativa; Série Organização e Funcionamento).....	64
Figura 07 – Desligamento da ENMM, documento integrante do processo nº 18304/1958-13 (Fundo ENMM; Grupo Gestão Administrativa; Série Organização e Funcionamento).....	65
Figura 08 – Último registro da ENMM no Conselho Universitário da UB na sessão ordinária ocorrida em 05 de janeiro de 1961.....	66
Figura 09 – Capa do processo nº 1485/1933-19 referente a concurso para a 23ª cadeira na ENMM (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Pessoal; Série Concursos Públicos).....	77
Figura 10 – Documento integrante do processo supracitado, contendo a inscrição Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Pessoal; Série Concursos Públicos).....	77
Figura 11 – Capa do processo nº 5930/1949-69, referente a obras na ENMM (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Patrimônio; Série Construção).....	78
Figura 12 – Documento integrante do processo supracitado, contendo a inscrição Escola Nacional de Minas e Metalurgia.....	78
Quadro 1 – Representação do quadro de arranjo do fundo ENMM.....	81
Figura 13 – Página de abertura do inventário do fundo ENMM.....	84
Figura 14 – Sumário do fundo ENMM.....	85

Figura 15 – Continuação do sumário do fundo ENMM.....	86
Figura 16 – Última página do sumário do inventário do fundo ENMM.....	87
Figura 17 – Informações sobre primeiro nível de descrição que apresenta o fundo ENMM.....	88
Figura 18 – Informações sobre o segundo nível de descrição que toma como exemplo o grupo Gestão Acadêmica.....	89
Figura 19 – Informações sobre terceiro nível de descrição que exemplifica a série Cursos Superiores (Graduação), referente ao grupo Gestão Acadêmica.....	90
Figura 20 – Informações sobre o nível 3,5 de descrição que mostra a subsérie Concursos de Admissão (Vestibular), referente à série Cursos Superiores (Graduação), grupo Gestão Acadêmica.....	91

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO TEÓRICO DOS ARQUIVOS PERMANENTES E SUAS RELAÇÕES COM A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS, ACESSO E DIVULGAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
2.1	ARQUIVOS : BREVE ABORDAGEM INTRODUTÓRIA.....	21
2.1.1	Fundo e proveniência.....	22
2.1.2	Documentos de arquivo.....	26
2.2	O CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	27
2.2.1	Valores.....	30
2.3	ARQUIVOS PERMANENTES.....	31
2.3.1	Preservação documental para acesso e divulgação.....	34
2.3.2	Arquivos universitários: conhecimento para a posteridade.....	38
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVA DA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA ENQUANTO INSTITUIÇÃO VINCULADA À UNIVERSIDADE DO BRASIL.....</b>	<b>40</b>
3.1	OS PRIMÓRDIOS: BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO.....	40
3.2	UM TURBILHÃO DE MUDANÇAS: A ESCOLA DE MINAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	45
3.3	NOVOS RUMOS : A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO E O ESTABELECIMENTO DE UMA PASTA PARA A EDUCAÇÃO.....	46
3.3.1	A Universidade do Rio de Janeiro.....	46
3.3.2	O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp) e as reformas de ensino de 1931.....	48
3.3.3	Apresentando a Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro.....	53
3.4	A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO EM UNIVERSIDADE DO BRASIL.....	57
3.4.1	Eis a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil..	61
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA DIVULGAR CONHECIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA.....</b>	<b>67</b>
4.1	ARQUIVOS PERMANENTES : BREVE RECAPITULAÇÃO.....	67
4.2	DESCRIÇÃO : UMA FERRAMENTA ESSENCIAL.....	68

<b>4.2.1</b>	<b>Compreendendo a descrição arquivística.....</b>	<b>68</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Normatização e instrumentos de pesquisa.....</b>	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>O ARQUIVO DA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (ENMM): ARRANJO E DESCRIÇÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Identificando o fundo ENMM.....</b>	<b>75</b>
<b>4.3.2</b>	<b>A descrição arquivística do fundo ENMM.....</b>	<b>80</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O embrião desta pesquisa originou-se, indiretamente, da curiosidade referente ao comentário de um colega de equipe já falecido, que me disse as seguintes palavras: “Carol, sabe aquela escola famosa de Ouro Preto? Então, ela fez parte da UFRJ!”. Logo, minha reação foi mista de surpresa e incredulidade diante do que ouvira.

Na verdade, eu acabara de ingressar na recém-criada Seção de Arquivo Permanente (atualmente Divisão de Arquivos Permanentes – DAP), após meses de treinamento nos arquivos correntes e intermediários. Além de arquivista, sou também historiadora, e esta formação foi preponderante para que pudesse colaborar na organização do acervo administrativo de guarda definitiva.

Vale ressaltar que, exercendo o cargo de arquivista na DAP, integrante do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIARQ/UFRJ) há mais de uma década, de fato, a dupla qualificação foi categórica para trabalhar com arquivos permanentes – o que, efetivamente, já me interessava desde a graduação em Arquivologia, pois sempre desejei atuar no campo da pesquisa histórica. Desta forma, a área de arquivo me possibilitou enveredar por caminhos que realmente almejava trilhar.

Com efeito, a então Seção de Arquivo Permanente contava naquela ocasião com três membros, isto é, duas arquivistas e um técnico de arquivo. Assim, com o objetivo de organizar o acervo histórico de caráter administrativo, a primeira empreitada direcionou-se para os documentos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (ENMM), que foram priorizados em virtude de tratamento documental urgente.

Entretanto, ao certificar-me de que instituição se tratava – foi assombroso, sem dúvida. Aliás, sendo historiadora de formação, causou-me demasiado espanto tomar conhecimento não só da instituição em si, mas também do longo tempo de vinculação com a atual UFRJ, e tal acontecimento permanecer completamente despercebido.

Evidentemente foi um trabalho longo e exaustivo, já que se referia a uma massa documental acumulada, ou seja, jamais contemplada com programas de gestão de documentos. Sendo assim, foram aplicadas etapas indispensáveis ao

trabalho arquivístico, pois fazia décadas que tais documentos estavam guardados no depósito à espera de tratamento adequado.

Eis que aqueles “papéis velhos”, basicamente oriundos da administração, representavam muito mais do que decisões referentes a atividades meio e fim. De fato, correspondiam a verdadeiros tesouros que foram essenciais para despertar meu interesse. Além do mais, visitar a antiga sede localizada em Ouro Preto foi determinante para fomentar de maneira incontestemente a busca pelo conhecimento a respeito da instituição. Porém, o incômodo inicial que era grande, foi-se tornando mais brando nos anos seguintes.

Contudo, meu ânimo foi recuperado quando surgiu a possibilidade de participação na 8ª edição do Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em João Pessoa – PB em 2018. O desenvolvimento, a submissão e, conseqüentemente, a aprovação do trabalho que fora escrito com a colaboração de colegas de equipe foram, efetivamente, o ponto de partida para que eu considerasse retornar ao assunto em questão.

É válido salientar que as etapas concernentes ao tratamento arquivístico aplicado, isto é, identificação, avaliação, separação, arranjo e descrição, foram eminentes para novamente provocar questionamentos e suscitar inquietações. Afinal, a Escola Nacional de Minas e Metalurgia era nada menos do que a Escola de Minas de Ouro Preto – a propósito, uma das mais importantes instituições superiores do período imperial, localizada na antiga capital do estado de Minas Gerais e que está na iminência de seu sesquicentenário.

A partir daí, com o objeto mais sólido, vislumbrei a possibilidade de aprofundar esse tema em pesquisa doutoral no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (PPGHCTE) da própria universidade, de vertente inter/transdisciplinar, haja vista minha dupla qualificação, bem como a natureza do programa e também a proximidade geográfica, já que estou lotada na Cidade Universitária.

Logo, iniciei minha jornada cursando disciplinas como aluna ouvinte. Então, em uma daquelas ocasiões, perguntara ao professor – meu atual orientador – se o objeto da minha pesquisa poderia ser desenvolvido no programa, e ele assentiu de maneira afirmativa. Em suma, o interesse crescia, trazendo-o para a História das Ciências, de modo a impulsionar o resgate de um capítulo da história do ensino

superior brasileiro que fora esquecido ou era simplesmente desconhecido, partindo-se dos documentos de arquivo.

Assim, intensificou-se a participação em eventos, como também a produção acadêmica. Por conseguinte, passei a contribuir com trabalhos para o congresso realizado anualmente pelo programa, o *Scientiarum Historia*, buscando explorar cada vez mais o vínculo entre as duas instituições, baseando-se em fontes primárias que eram do meu conhecimento, cuja facilidade de acesso era proeminente.

De alguma maneira, era fundamental problematizar tal questão a fim de desenvolvê-la em nível de pós-graduação. Ademais, a minha relação com esse conjunto documental é tão curiosa e, ao mesmo tempo, tão grande que, quaisquer demandas que lhe dizem respeito, endereçadas à DAP, inevitavelmente são encaminhadas para mim, justamente pelo interesse e pesquisa dedicados ao tema.

Nesse sentido, uma documentação administrativa que, muitas vezes, é descreditada como objeto de pesquisa ou simplesmente ignorada ou malvista, adquire *status* de relevância, devido ao fato de os arquivos consistirem em fontes primárias e, tratando-se de um acontecimento que pouco ou nada se sabe, eleva seu patamar de importância no tocante à constituição de materiais para a historiografia.

Deste modo, reitera-se como tema desta pesquisa a Escola Nacional de Minas e Metalurgia – denominação atribuída à Escola de Minas de Ouro Preto durante a fase em que esteve vinculada à Universidade do Rio de Janeiro, transformada posteriormente em Universidade do Brasil. Logo, define-se como problema o porquê de a relação entre as duas instituições, apesar de ter vigorado por trinta anos (1931-1960), caracterizar-se por ser um fato muito pouco conhecido ou praticamente desconhecido.

Por conseguinte, o objetivo geral deste estudo é apresentar a instituição Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a ressaltar sua relação com a Universidade do Brasil, atual UFRJ.

Quanto aos objetivos específicos, apresentam-se da seguinte maneira, correspondendo propriamente ao desenvolvimento da dissertação, a saber:

- Ilustrar o contexto teórico dos arquivos permanentes como também suas relações com a preservação, acesso e divulgação.

- Contextualizar histórica e administrativamente a Escola Nacional de Minas e Metalurgia, enquanto instituição vinculada à Universidade do Brasil.

- Demonstrar a contribuição do conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia através de sua descrição arquivística, como testemunho da subordinação à Universidade do Brasil no tocante à divulgação de conhecimento oriundo de fontes primárias.

Desta forma, tratando-se de uma dissertação de cunho teórico, a investigação tem como viés o método historiográfico-arquivístico, pois consiste na pesquisa documental.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (Gil, 2002, p. 46).

Assim sendo, o campo empírico está atrelado aos arquivos, ora partindo do próprio conjunto documental referente à instituição que se encontra sob a custódia da DAP, compondo seu acervo administrativo de guarda permanente, de forma a preservar a memória institucional da atual UFRJ.

Para tanto, o método escolhido é de natureza qualitativa, cujo enfoque está na investigação de acontecimentos do passado. De acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 107), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”. Neste prisma, a manipulação de diferentes fontes documentais primárias e bibliográficas busca revelar o objeto da dissertação em pauta.

No que diz respeito à apresentação dos capítulos e seu respectivo levantamento bibliográfico para construir esta dissertação, expõe-se da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, de caráter teórico e, sobretudo, pela natureza inter/transdisciplinar do programa, fez-se necessário explanar conceitos basilares da teoria arquivística a fim de compreender o campo dos arquivos permanentes em especial, além de seus aspectos intrínsecos, bem como os arquivos universitários, de modo a fundamentar o objeto em questão.

Portanto, foram utilizadas referências nacionais e internacionais da Arquivologia, com foco nos estudos da professora brasileira Heloísa Bellotto, assim como o teórico norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg; os canadenses Jean-Yves Rousseau e Carol Couture; o arquivista francês Michel Duchein e o

holandês Theo Thomassen. De mais a mais, a legislação arquivística correspondente, caracterizada pelas leis n. 8.159/1991 e 12.527/2011 – doravante Lei de Arquivos e Lei de Acesso à Informação, respectivamente – além do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional. No que tange a referências complementares, destacam-se as publicações das norte-americanas Michèle Cloonan e Margaret Hedstrom, da brasileira Marilena Chauí como também do britânico Geoffrey Yeo.

Quanto ao segundo capítulo, embora o enfoque deste trabalho seja a partir dos anos 1930, observa-se a relevância de abordar as origens desta instituição ainda no século XIX, tanto quanto os anos iniciais do século XX até integrar-se e desligar-se da Universidade do Brasil. Em paralelo, discorre-se sobre o contexto educacional do período de subordinação e, principalmente, do estabelecimento do sistema universitário tal como da criação da Universidade do Rio de Janeiro e sua transformação em Universidade do Brasil.

Por isso, fez-se o percurso histórico da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, desde sua origem como Escola de Minas de Ouro Preto, cujo referencial é a obra emblemática do sociólogo José Murilo de Carvalho. Ademais, utilizou-se a legislação correspondente aos períodos cronológicos abordados, que abrange desde o período imperial até o republicano. Em relação ao contexto educacional da época, as principais referências são o sociólogo Luiz Antonio Cunha e a educadora Maria de Lourdes Favero, complementado pela historiadora Angela Maria de Castro Gomes. Quanto à fase Escola Nacional de Minas e Metalurgia propriamente dita, destacam-se os trabalhos da historiadora e arquivista Ana Carolina Miotti, bem como os documentos que compõem o fundo em questão.

Já no terceiro capítulo, notabiliza-se o cerne da presente dissertação, na medida em que evidencia a relevância da descrição arquivística que é uma atividade típica dos arquivos permanentes, visando à elaboração de instrumentos de pesquisa. Observam-se, devidamente, as nuances do trabalho pertinente ao fundo de arquivo, como também as especificidades dessa documentação.

Para tal finalidade, destacam-se como referências centrais as obras de Heloísa Bellotto e de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, além de Michel Duchein. Incluem-se também normas e publicações tanto do Arquivo Nacional do Brasil quanto do Conselho Internacional de Arquivos, assim como resoluções do Conselho Nacional de Arquivos. No tocante ao trabalho desenvolvido com a

documentação da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, ressaltam-se as publicações de Ana Carolina Miotti.

Além do mais, tratando-se de uma instituição do século XIX, é válido acentuar que há um número expressivo de publicações sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, tangíveis a variadas áreas do conhecimento. Entretanto, nota-se a existência de parco material sobre sua fase enquanto Escola Nacional de Minas e Metalurgia ou que sequer faça menção a esse período.

Por essa razão, justifica-se a importância desta dissertação a fim de preencher lacunas historiográficas, contribuindo com novos materiais para a história das ciências a partir de abordagens proporcionadas pela análise sistemática dos documentos custodiados pela UFRJ.

A propósito, conhecer um capítulo muito pouco estudado da história que envolve tanto a maior universidade federal brasileira quanto a quase sesquicentenária escola mineira, cujo impacto foi grande e ainda se faz presente em sua cidade de origem é, de fato, bastante relevante. Diante deste quadro, saber que a mesma fez parte da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro é motivo de investigação e empenho que tem como premissa promover visibilidade através dos documentos arquivísticos.

Deste modo, referindo-se mais precisamente à UFRJ onde atuo profissionalmente e que possui extensão territorial gigantesca, além de *campi* localizados na cidade e no estado fluminense, é factível que a mesma não conheça a própria história. Portanto, esta pesquisa elucida um acontecimento de trinta anos em sua trajetória centenária – aliás, que nem fora mencionado durante os preparativos de sua comemoração – mas que vem sendo edificado graças ao trabalho nos arquivos permanentes.

Sabe-se que fontes primárias são de bastante relevância para quaisquer áreas do conhecimento. De tal maneira, Campos e Cury enfatizam que:

No caso do estudo das fontes primárias, o olhar crítico de hoje, ao se lançar sobre elas, traz também as marcas do sentido da desconstrução. Além disso, a volta às fontes primárias acaba por levantar a questão do sentido dessa volta num instante em que se fala tanto do apagamento da origem com o conceito operatório para a leitura dos textos da contemporaneidade. (Campos; Cury, 1997, p. 304).

Em suma, apresentar uma pesquisa que tem como pilar principal a documentação administrativa evidencia o valor expressivo de testemunhos oriundos

do cotidiano para recuperar história e memória institucionais, de modo a propagar conhecimento cultural e científico, ratificando sobremaneira o papel dos arquivos de guarda permanente.

Espera-se, por fim, que esta dissertação, ao divulgar o fundo ENMM por meio de sua descrição arquivística, venha a contribuir como peça fundamental para a consolidação de fontes de pesquisa relacionadas no âmbito da História das Ciências.

## 2 O CONTEXTO TEÓRICO DOS ARQUIVOS PERMANENTES E SUAS RELAÇÕES COM A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS, ACESSO E DIVULGAÇÃO

“O arquivo é o arsenal da administração, antes de se tornar o celeiro da história”.  
*Charles Braibant*

Ilustrar o contexto teórico dos arquivos permanentes, na medida em que se estabelecem relações com a preservação de documentos, acesso e divulgação, consiste no objetivo deste capítulo. Não obstante, para compreender a sua formação e, logicamente, a sua importância, faz-se necessário conceituar e explicar princípios básicos no que diz respeito ao campo arquivístico, bem como à terminologia em questão. Busca-se, deste modo, expandir reflexões acerca da área de arquivo entendendo-a, sobretudo, no papel de organismo vivo dentro da administração e, conseqüentemente, como elemento primordial na construção da história.

### 2.1 ARQUIVOS: BREVE ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que a atividade dos arquivos é algo inerente à humanidade. Quer pessoa física quer pessoa jurídica – todos, de modo geral – possuem documentos que corroboram ou, simplesmente, formam parte da sua história, de vida e/ou profissional.

Aliás, é inegável o papel imprescindível e onipresente dos arquivos em quaisquer áreas do conhecimento, dado que constituem fontes primárias. Comprovar fatos, realizar descobertas e obter informações são alguns exemplos do que é típico do universo arquivístico e daquilo que o mesmo é capaz de oferecer e fornecer à sociedade.

Nesta conjuntura, tal relevância pode ser constatada na lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, doravante Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Sendo assim, observa-se em seu artigo 1.º que:

É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Brasil, 1991, art. 1.º).

Consoante o artigo 2.º do referido documento, definem-se arquivos como:

(...) conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991, art. 2.º).

Para complementar, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 26) lista as seguintes definições para o termo arquivo:

- 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
- 3) Instalações onde funcionam arquivos e
- 4) Móvel destinado à guarda de documentos.

Para fins desta discussão, atemo-nos às duas primeiras definições enumeradas anteriormente. Decerto, os arquivos são notadamente designados como conjunto de documentos, surgindo com a principal finalidade de atender a administração. À medida que o tempo passa, a depender também do valor adquirido, saber-se-á se esses documentos poderão servir para conhecimento da história.

Diante disto, é válido sublinhar que a tônica desta abordagem está voltada para os arquivos públicos, que consistem, de fato, nos “conjuntos produzidos e recebidos em órgãos públicos de âmbito federal, estadual e municipal em decorrência de funções administrativas, legislativas e judiciárias”, conforme disposto no artigo 7.º da Lei de Arquivos. Neste contexto, relaciona-se, mais precisamente, aos conjuntos oriundos da esfera federal.

A propósito, Thomassen (2006, p. 06) explicita que os arquivos são compostos por informação vinculada a processos resultando em informação gerada e estruturada por meios de trabalho. Essa dicotomia tem caráter estrutural no que tange ao papel dos arquivos na administração.

Já Bellotto (2014, p. 179) se refere aos arquivos não somente como instrumentos, mas também como ferramentas, ao salientar que se trata de objetos a serem usados, na medida em que ações administrativas, jurídicas, técnicas e científicas devem tornar-se conhecidas, cumpridas e, sobretudo, provadas.

Além do mais, os usos dos arquivos categorizam-se em prático, popular e acadêmico, haja vista seus usuários que, nessa ótica, podem ser os membros de uma organização, o cidadão comum e o pesquisador. Na verdade, os arquivos exercem funções essenciais em relação à memória dos produtores de documentos e da sociedade em geral, assim como no apoio e na herança cultural (Bellotto, 2014; Thomassen, 2006).

De tal modo, Bellotto (2006, p. 28) ratifica que o documento de arquivo não funciona como unidade isolada, sendo necessário fazer sentido e estar relacionado ao meio que o produziu, devendo o conjunto refletir as atividades-meio e as atividades-fim do órgão responsável. Identifica-se, a partir desta constatação, a base da teoria do respeito aos fundos que, por sua vez, é o que fundamenta a organização dos arquivos permanentes.

### **2.1.1 Fundo e proveniência**

Uma abordagem crucial na teoria arquivística é o conceito de fundo, que é basilar para a compreensão do contexto dos arquivos permanentes, sendo estabelecido por Bellotto (2006, p. 128) da seguinte maneira:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.

É importante frisar que a concepção de fundos é resultado do princípio da proveniência, referindo-se ao “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”, conforme expresso pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 136). Trocando em miúdos, não se podem juntar fundos de origens diferentes.

Elucida-se que o princípio da proveniência, também denominado princípio de respeito aos fundos, visa a manter a integridade e a procedência dos documentos. Outro fundamento complementar e também de suma relevância, isto é, o princípio

da ordem original<sup>1</sup>, postula que os documentos devem preservar a ordem dada ainda em fase corrente, revelando a atividade orgânica (Schellenberg, 1963).

Ademais, Rousseau e Couture (1998, p. 83) indicam dois graus relativos ao princípio da proveniência. O primeiro grau refere-se ao fundo de arquivo como unidade distinta, sendo primordial para a conservação da utilidade administrativa dos documentos arquivísticos, bem como pela existência de seu valor como testemunho – haja vista o fundo de arquivo ser decorrente desse valor, além de derivar de tal princípio. Já o segundo grau infere no respeito à posição ocupada pelos documentos de um fundo de arquivo, como exigência do próprio princípio da proveniência, em caso de modificação na ordem original por qualquer circunstância.

Logo, os autores identificam que, no tocante ao segundo grau, o princípio da proveniência é fundamental para determinar um valor de testemunho completo, embora tal condição não seja requisito para a existência de um fundo de arquivo (Rousseau e Couture, 1998).

Cabe ressaltar que os arquivos permanentes se formam a partir de documentos produzidos há, pelo menos, 25 ou 30 anos, por vários órgãos da administração pública, constituindo assim vários fundos de arquivo (Bellotto, 2006; 2014).

Trata-se, efetivamente, de um conceito-chave no que tange à organização dos arquivos permanentes. A própria ordenação desses arquivos dá-se por fundos, entendendo-os como conjuntos administrativos funcionais e, para identificá-los, segundo Duchein (*apud* Bellotto, 2006, p. 132), é necessário apresentar as seguintes características:

- a) Possuir nome e ter existência jurídica resultante de lei;
- b) Ter atribuições precisas, também estabelecidas por lei;
- c) Ter subordinação conhecida firmada por lei;
- d) Ter chefe com poder de decisão, dentro de sua área legal de ação;
- e) Ter uma organização interna fixa.

Rousseau e Couture (1998, p. 85) acentuam que a aplicação do princípio da proveniência consiste, de fato, no meio de garantir tanto a integridade administrativa dos arquivos de determinada unidade quanto o pleno valor de testemunho dos documentos que compõem um fundo de arquivo. De acordo com os autores, tal

---

<sup>1</sup> Outra definição corresponde ao “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Arquivo Nacional, 2005, p. 137).

princípio é essencial para que o trabalho arquivístico abranja grandes conjuntos de documentos em vez de itens documentais<sup>2</sup>.

Ainda sobre fundos documentais, os arquivistas canadenses evidenciam que:

(...) o agrupamento de todos os arquivos de uma pessoa física ou moral num conjunto permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este conjunto volta a situar esse contexto ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspectivação. É este o valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados e objetivos das componentes da vida da pessoa física ou moral que os constitui (Rousseau; Couture, 1998, p. 90).

Duchein (1986, p. 8-9) aponta que os fundos podem ser abertos ou fechados. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 97), fundo aberto significa o “fundo ao qual podem ser acrescentados novos documentos em função do fato de a entidade produtora continuar em atividade”. Já o fundo fechado refere-se ao “fundo que não recebe acréscimos de documentos, em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade”.<sup>3</sup>

Para o arquivista francês, a distinção entre fundos abertos e fundos fechados é substancial em relação a aspectos que envolvem tanto a supressão quanto a criação e a transferência de competências de uma determinada entidade, como também as competências temporárias<sup>4</sup>. Com efeito, tais variações são cruciais para definir políticas tangíveis aos organismos produtores de arquivos.

Outra perspectiva levantada pelo autor refere-se a posições intelectuais qualificadas como maximalista e minimalista. A abordagem maximalista presume a definição de fundo no nível mais alto, considerando todos os arquivos decorrentes de serviços e estabelecimentos de uma mesma administração, formando um único e imenso conjunto documental. Já a abordagem minimalista supõe a redução do fundo ao nível da menor célula da administração, da qual se constitui o conjunto documental (Duchein, 1986). Ressalta-se que ambas as concepções, por serem extremas, provocam discussões no tocante ao trabalho arquivístico, além de comprometer a noção de fundo, cujas prerrogativas foram enumeradas anteriormente.

Rousseau e Couture (1998, p. 95) destacam que não é possível desempenhar tarefas no âmbito do arquivo sem recorrer ao princípio da proveniência, a razão da

---

<sup>2</sup> Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processos (Arquivo Nacional, 2005, p. 109).

<sup>3</sup> Esta abordagem será retomada no terceiro capítulo (Nota da autora).

<sup>4</sup> Tal assunto será discutido de forma mais aprofundada no terceiro capítulo (Nota da autora).

existência do fundo de arquivo. Por conseguinte, os autores salientam que é indispensável aplicá-lo, a fim de que não haja dispersão de documentos em quaisquer fases do ciclo vital (a ser detalhado posteriormente), pois tal operação pode causar perda irreparável de informação contextual referente a documentos oriundos de fundos arquivísticos.

Ao recapitular que o significado expressivo de fundo está atribuído a um conjunto de documentos, pressupõe-se, antes de qualquer coisa, compreender o que é, de fato, um documento de arquivo. Ainda assim, é preciso levar em consideração suas características e especificidades, diferenciando-os daqueles advindos de áreas correlatas como bibliotecas e museus.

### **2.1.2 Documentos de arquivo**

Define-se documento de arquivo como “a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte<sup>5</sup> ou formato”, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 72). Vale ressaltar que uma das competências do poder público – que abrange União, Estados e Municípios – está expressa na própria Constituição da República Federativa do Brasil, conforme o inciso 3.º do artigo 23, ao assegurar proteção aos documentos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

É necessário frisar que o documento de arquivo, independentemente do suporte ou da natureza e antes mesmo de qualquer consideração, comprova uma ou mais ações nele encerradas, por se tratar de algo palpável, isto é, porque simplesmente atesta sua existência (Rousseau; Couture, 1998).

Duranti (*apud* Fonseca, 1998) acentua que existem características intrínsecas aos documentos de arquivo, dentre as quais se devem listar a autenticidade, a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade. Autenticidade refere-se ao próprio processo de criação dos documentos, visto que são produtos de alguma atividade. Já a naturalidade está relacionada à acumulação na administração em razão de objetivos práticos. Quanto ao inter-relacionamento, dá-se por conta das relações estabelecidas pelo documento de arquivo com as transações que motivaram sua criação. E a unicidade confere ao documento de arquivo lugar único na estrutura documental ao qual está atrelado.

---

<sup>5</sup> Material no qual são registradas as informações (Arquivo Nacional, 2005, p. 159).

A propósito, o que difere os documentos arquivísticos daqueles oriundos de bibliotecas e museus são os motivos de sua criação, já que estão vinculados ao processo pelos quais foram gerados. De fato, resultam de acumulação estruturada e orgânica<sup>6</sup>, além de apresentarem características e atributos próprios, consistindo no elemento de ligação para com funções e atividades intrínsecas de sua entidade produtora<sup>7</sup>/acumuladora. Desta forma, são conservados em virtude de sua vigência administrativa ou jurídico-legal, podendo ser eliminados ou destinados para guarda permanente (Thomassen, 2006; Bellotto, 2014).

Ademais, os documentos de arquivo não surgem com o simples objetivo de atender a pesquisas. Aliás, como observa Bellotto (2014, p. 291), os primeiros documentos escritos surgiram em razão dos objetivos jurídicos, funcionais e administrativos, cabendo ao tempo torná-los históricos. A autora enaltece que se trata de provas que permanecem como testemunhos.

Contudo, não há como dissociar os documentos de arquivo de seu respectivo ciclo de vida. Acerca dessa relação, Rousseau e Couture (1998, p. 111) enfatizam que:

(...) O conceito de ciclo de vida transforma um conjunto de documentos quantitativamente demasiado importante, desmedido em relação aos meios de que se dispõe para se lhe fazer face, em subconjuntos que apresentam diferentes características. Isto facilita uma redistribuição dos documentos que compõem o conjunto e deixa entrever uma problemática que é então possível abordar com pragmatismo e alguma hipótese de sucesso.

É admissível que os documentos de arquivo tenham seu tempo a ser cumprido na administração. Por isso, faz-se necessário explicar o conceito de ciclo de vida, que é factível não somente para a compreensão da teoria, mas também para o desenvolvimento do trabalho nos arquivos.

## 2.2 O CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Um dos pilares da teoria arquivística é o ciclo vital dos documentos, que significa as “sucessivas fases por que passam os documentos de arquivo, da sua produção ou guarda permanente ou eliminação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 46). É conhecido também por outra denominação, a teoria das três idades – “teoria

---

<sup>6</sup> Organicidade é uma característica intrínseca aos documentos de arquivo, sendo definida como a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (Arquivo Nacional, 2005, p.126).

<sup>7</sup> Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo (*Ibid.*, p. 83).

segundo a qual os arquivos são considerados **arquivos correntes, intermediários ou permanentes**, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário”, conforme estabelecido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 159; grifo nosso).

Paes (2004, p. 21) ressalta que a teoria das três idades foi desenvolvida por Jean-Jacques Valette<sup>8</sup> e corresponde a estágios de evolução dos arquivos, de forma a desempenhar suas funções, visando ao atendimento ao usuário com precisão e rapidez.

Assim, os arquivos correntes ou de primeira idade concernem aos documentos em atividade, consultados frequentemente na administração. Rousseau e Couture (1998, p. 113-115) indicam o emprego de outras expressões tais como *arquivos de gestão, documentos ativos* e *arquivos vivos*, a fim de designar documentos cuja utilização é mais alta. De tal modo que os arquivistas canadenses os denominam como documentos ativos em face de sua principal característica basear-se em serem essenciais ao funcionamento cotidiano. Por essa razão, devem estar bem acessíveis ao usuário.

Por outro lado, os arquivos intermediários ou de segunda idade referem-se àqueles que ainda podem ser solicitados, encontrando-se mais distantes do usuário em virtude da baixa frequência de consultas. Da mesma forma, Rousseau e Couture (1998, p. 113) os qualificam como arquivos semiativos, haja vista a necessidade de serem conservados por circunstâncias legais, administrativas ou financeiras, embora sejam menos utilizados do que os arquivos correntes.

Além disso, os autores canadenses relevam a existência de documentos que deixaram de ter valor previsível no plano administrativo, legal ou financeiro, também chamados de *documentos inativos, arquivo morto*<sup>9</sup>, *arquivo definitivo*. Tratando-se de documentos inativos, devem ser eliminados ou conservados devido ao valor de testemunho. Neste contexto, são enfáticos ao dizer que:

---

<sup>8</sup> Conservador na *Cité Interministérielle* dos Arquivos da França, cuja publicação *O papel dos arquivos na administração e na política de planificação dos países em desenvolvimento*, de 1973, foi adotada e divulgada pelo Arquivo Nacional durante a gestão de Raul Lima (1969-1980) (Nota da autora).

<sup>9</sup> Evidencia-se que tal expressão ainda é bastante utilizada por profissionais de outras áreas, por puro desconhecimento, em referência aos arquivos permanentes. Enquanto profissionais de arquivo, repudia-se o uso da mesma, pois se entende o arquivo como um organismo vivo. Afinal, esses documentos não estão “mortos”, apenas perderam seu valor na administração, consistindo em fontes primárias para pesquisas de muitos desses profissionais (Nota da autora).

Com efeito, muita gente vê nessa designação, com razão, uma conotação negativa e pejorativa que só pode servir para divulgar uma percepção no mínimo passadista da arquivística, segundo a qual os arquivistas só devem interessar-se por informações que já não tenham mais valor. Mais, esses documentos, inativos para a pessoa moral ou física que os produziu, **são perfeitamente ativos para o utilizador interessado pelo valor de testemunho que eles encerram** (Rousseau e Couture, 1998, p. 114; grifo nosso).

Enfim, é por meio desse valor de testemunho que se organizam os arquivos permanentes ou de terceira idade. De fato, dizem respeito aos documentos que perderam seu valor na administração, sendo conservados por causa de seu valor histórico ou cultural. Para Rousseau e Couture (1998, p. 116), não respondem mais aos objetivos de criação, tratando-se de arquivos definitivos.

Aliás, esses arquivistas consideram a evolução da disciplina arquivística como base para a proposta de uma nova terminologia, ao passo que o vocábulo *arquivo* possa abarcar os documentos ativos, semiativos ou inativos que apresentem valor de testemunho (Rousseau; Couture, 1998). Quanto a isto declaram que:

Esta abordagem terminológica permite-nos também estabelecer as distinções que se impõem entre os documentos ativos, semiativos ou inativos que formam os suportes da informação e os arquivos que são respectivamente correntes, intermédios ou definitivos, conforme são constituídos por um ou outro destes conjuntos de documentos. Por último, isto fornece uma solução para o problema que coloca a utilização atual do termo “documentos inativos” para significar tanto os documentos a eliminar como os que devem ser guardados (...) (Rousseau; Couture, 1998, p. 114).

Então, tendo em vista os estágios da evolução dos arquivos, evidencia-se que existem dois procedimentos básicos na Arquivologia que são a transferência e o recolhimento. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 165), define-se transferência como a “passagem dos documentos do arquivo corrente para o intermediário”. Na referida obra, diz-se que recolhimento corresponde à “operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (Arquivo Nacional, 2005, p. 143).

De mais a mais, cabe lembrar que o cerne desta abordagem está expressivamente atrelado aos arquivos de terceira idade, cujas implicações e atividades relativas serão explanadas de maneira consistente no decorrer deste capítulo.

Decerto, é imprescindível afirmar que a teoria das três idades<sup>10</sup>, isto é, o ciclo de vida dos documentos de arquivo, representa um dos principais fundamentos da arquivística. Entretanto, Rousseau e Couture (1998, p. 117) sublinham que, para compreendê-lo de maneira mais esclarecedora, é indispensável abordar a noção de valores.

### 2.2.1 Valores

É indiscutível salientar que a atividade de avaliação<sup>11</sup> é de suma relevância para o trabalho arquivístico, sendo determinante no que tange aos prazos de guarda e, principalmente, pela atribuição de valores aos documentos. É preciso explicar que, no campo dos arquivos, conferem-se dois tipos de valores aos documentos, isto é, o primário e o secundário.

Assim, com o objetivo de buscar referenciais históricos a respeito desta questão, Rousseau e Couture (1998, p. 112) relevam que:

(...) Evitando reescrever aqui uma história da arquivística, é todavia interessante lembrar que a nossa disciplina passou de uma época durante a qual os arquivos eram conservados unicamente pelo seu valor de prova legal, para uma época durante a qual só o valor de testemunho parecia ter alguma importância. Foi apenas no princípio do século XX, com Jenkinson<sup>12</sup> e Schellenberg<sup>13</sup>, que se revelou a importância de se ter em conta quer o valor administrativo quer o valor de testemunho (...).

Diz-se que o valor primário está ligado ao porquê de o documento ter sido criado em razão de seus objetivos administrativos, fiscais, legais e executivos, ou

---

<sup>10</sup> Para complementar, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture salientam que, em princípio, a teoria das três idades seria a teoria de duas idades. Entretanto, a partir da década de 1940, o crescimento incontrolável caracterizado pela criação de documentos produzidos no âmbito da administração – o qual se consagrou como *explosão documental* – a englobar todos os suportes, foi decisivo para considerar um *período tampão*, segundo os arquivistas canadenses, na medida em que faria o papel de “antecâmara” entre os períodos ativo e inativo. Assim, ressaltam a importância dos arquivistas franceses Yves Pérotin, Guy Duboscq e outros que foram responsáveis por estabelecer um período intermediário entre os períodos de atividade e inatividade. Reconhece-se, então, que o período intermediário deveria evitar a guarda de documentos em longo prazo na administração, haja vista os espaços restritos devido à imensa quantidade de documentos, ao passo que refrearia a transferência prematura de grande quantidade de documentos a serem conservados de modo permanente (Rousseau; Couture, 1998, p. 112). Logo, entende-se a razão de criação do arquivo de segunda idade.

<sup>11</sup> Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos (Arquivo Nacional, 2005, p. 40).

<sup>12</sup> Sir Charles Hilary Jenkinson (1882-1961) foi um arquivista britânico (Nota da autora).

<sup>13</sup> Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970) foi um teórico arquivístico estadunidense, subdiretor do NARA (*National Archives and Records Administration*), o Arquivo Nacional dos Estados Unidos (Nota da autora).

seja, à qualidade do documento, bem como ao seu valor de prova e uso imediato na própria administração (Schellenberg, 2006; Rousseau; Couture, 1998).

Quanto ao valor secundário, refere-se ao direcionamento dado aos documentos para uso científico ou cultural, em decorrência de seu valor como testemunho, tendo em vista o cumprimento de sua vigência na administração. Tal qualidade é fruto do testemunho privilegiado e objetivo fornecido pelo documento (Bellotto, 2006; Rousseau; Couture, 1998). Desta maneira, está intrinsecamente atrelado aos arquivos de terceira idade, devido ao seu valor de informação.

Em vista disso, Rousseau e Couture (1998, p. 117-118) destacam que “enquanto todos os documentos têm um valor primário que dura mais ou menos tempo conforme os casos, nem todos têm ou adquirem necessariamente um valor secundário”.

Todavia, no que se refere ao valor secundário, os autores canadenses acentuam que “a conservação dos documentos, que já não têm valor previsível para a instituição que os produziu, poderia ser justificada exclusivamente pelo valor de testemunho que eles adquirem” (Rousseau; Couture, 1998, p. 122).

Bellotto (2006, p. 115) ressalta a importância da atividade de avaliação e, conseqüentemente, da seleção<sup>14</sup>, a partir da idade do documento – a contar desde a sua criação. A autora enfatiza que esses critérios são preponderantes na passagem à fase permanente e, assim, na perenidade de conservação. Ademais, a utilidade do documento deve abranger a administração, bem como a historiografia, não devendo restringir-se a aspectos culturais.

Já nas palavras de Rousseau e Couture (1998, p. 122), “o que justifica ou aquilo em que se baseia o tratamento dos arquivos para fins culturais, patrimoniais ou de investigação, é a sua qualidade de testemunhos”. Para os autores, tais documentos comprovam a existência do objeto passível de reconstituição, logo, sua fidelidade perante a realidade em questão. Enfim, identifica-se o elemento fundamental para constituir os arquivos permanentes.

## 2.3 ARQUIVOS PERMANENTES

---

<sup>14</sup> Separação dos documentos de valor permanente, daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade (Arquivo Nacional, 2005, p. 151).

Os arquivos permanentes são também conhecidos como arquivos de terceira idade ou, simplesmente, arquivos históricos. Referem-se a documentos que já cumpriram sua vigência na administração, destinando-se para a pesquisa em razão de seu valor informativo.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 114), correspondem aos arquivos definitivos e quanto ao uso da expressão elucidam que:

(...) Parece, pois, correto afirmar que existe um período de inatividade ao longo do qual os documentos deixam de ter valor previsível para o produtor. Os documentos desse período são documentos inativos, dos quais são eliminados, não havendo já razões para se guardarem, enquanto outros são conservados pelo seu valor de testemunho. **Para estes, a que alguns chamam “arquivos históricos”, propomos o termo “arquivos definitivos” (...) com uma terminologia mais positiva, do caráter de conservação permanente.** Há, pois, os documentos ativos e os semiativos, ligados ao valor primário, que relevam respectivamente dos arquivos correntes e dos arquivos intermédios, e que, tornados inativos, conhecem quer a eliminação quer a conservação permanente como arquivos definitivos (Rousseau; Couture, 1998, p. 114; grifo nosso).

Para efeito da Lei de Arquivos, consta no parágrafo 3.º do artigo 8.º que se trata dos “conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”. Segundo o artigo 10.º do referido documento, caracterizam-se por serem inalienáveis e imprescritíveis.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 35), os arquivos notabilizam-se por serem “uma fonte de informação única sobre as pessoas e as organizações e, por esse motivo, constituem materiais indispensáveis à história ou a qualquer outra disciplina cujo objeto seja o passado”. Tal constatação pode ser atrelada aos arquivos de terceira idade, denominados arquivos propriamente ditos em virtude de serem conservados em caráter permanente.

Observa-se que um arquivo histórico não se constrói por acaso e que a história é edificada a partir de papéis cotidianos. Sendo assim, arquivos administrativos tornam-se históricos tanto pela herança cultural que adquirem quanto pelo valor agregado na pesquisa histórica. Logo, evidencia-se sua qualidade de testemunho, bem como a justificativa administrativa e a capacidade de reconstituição inerente aos documentos arquivísticos (Bellotto, 2006; Rousseau; Couture, 1982, *apud* Bellotto, 2014).

Nesta perspectiva, Rousseau e Couture (1998, p. 122) esclarecem também que “do conjunto dos documentos criados por uma organização no âmbito de suas

atividades, alguns adquirem valor de testemunho a partir da criação, outros, apenas quando atingem o estado de completa inatividade”. Ainda assim, segundo os autores, mesmo tendo obtido o referido valor, tais documentos permanecem nos locais da administração.

Deve-se levar em conta, portanto, que o tratamento dos arquivos destinados para fins culturais, patrimoniais e de investigação precisa estar amparado na qualidade de testemunhos a oferecer (Rousseau; Couture, 1998).

Conforme mencionado outrora, os documentos permanentes são agrupados em fundos, valendo-se do conjunto. Bellotto (2006, p. 134) ressalta que a identificação de fundos é uma tarefa árdua que demanda conhecimento da estrutura administrativa e de competências referentes aos produtores da documentação.

Por conseguinte, a autora reitera que, no âmbito dos arquivos permanentes, o fundo caracteriza-se como elemento principal, visto que marca a diferenciação de aglomerados documentais de outra espécie, considerando a especificidade da sua natureza (Bellotto, 2006).

Compreender a dinâmica dos fundos e identificá-los de forma correta configuram-se como procedimentos essenciais para que se realize outra etapa fundamental nesta fase, isto é, o arranjo. Conseqüentemente, depende dessa operação outra atividade vital nos arquivos de terceira idade que é a descrição<sup>15</sup>, cujo objetivo é a elaboração de instrumentos de pesquisa.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 36), arranjo corresponde à “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”.

Vale lembrar que, na terminologia arquivística brasileira, convencionou-se a utilização do termo *arranjo*, derivado do inglês *arrangement*, para especificar a organização dos arquivos permanentes<sup>16</sup>. Schellenberg (1963, p. 99) aponta que o arranjo leva em consideração dois princípios elementares no trabalho arquivístico,

---

<sup>15</sup> Tal assunto será discutido de forma mais aprofundada no terceiro capítulo (Nota da autora).

<sup>16</sup> Embora signifiquem a mesma operação, distingue-se classificação de arranjo na terminologia arquivística brasileira. Uma das definições atribuídas ao vocábulo *classificação*, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, refere-se à “organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo” (Arquivo Nacional, 2005, p.48). A classificação é aplicada aos arquivos de primeira idade, enquanto o arranjo é direcionado aos arquivos de terceira idade (Nota da autora).

ou seja, os princípios da proveniência e da ordem original, conforme assinalado anteriormente.

Bellotto (2006, p. 141) elucida que o processo de arranjo tem início a partir do recolhimento, caso não seja mantida a classificação atribuída ao documento na primeira idade. No entanto, quando se trata de arquivos públicos, isto não corresponde à realidade, pois frequentemente nos deparamos com grandes massas documentais acumuladas à espera de tratamento adequado.

O estabelecimento de quadros de arranjo presume a estrutura da administração, a atentar-se para a entidade produtora, bem como suas ações e funções. Baseando-se nisso, parte-se para o processo de descrição a fim de materializar as informações oriundas do trabalho arquivístico, de modo a cumprir o objetivo dos arquivos de terceira idade no que tange à preservação, acesso e divulgação de informações sob o ponto de vista científico e cultural, tanto quanto da pesquisa histórica.

### **2.3.1 Preservação documental para acesso e divulgação**

Reitera-se que os documentos permanentes são conservados em razão de seu valor informacional testemunhal. Bellotto (2014, p. 306) relata que, após cumprirem sua vigência ligada a circunstâncias de origem, como também de avaliação e seleção criteriosas, tais documentos deverão ser preservados em vista da pesquisa científica, herança cultural e testemunho social.

Deve-se reconhecer que os arquivos de terceira idade constituem fontes primárias, indispensáveis para a pesquisa histórica. Esta tarefa, de acordo com Bellotto (2014, p. 132), visa à análise e compreensão do passado, e é inconcebível sem a utilização dos documentos de valor permanente. Schellenberg (2006, p. 204) salienta que “o valor da pesquisa em geral deriva da importância da informação num conjunto de documentos, e não da informação contida em peças isoladas”.

Em relação à pesquisa nesses arquivos especificamente, Rousseau e Couture (1998, p. 124) enfatizam que:

A definição da palavra “pesquisa” faz referência a qualquer esforço para encontrar alguma coisa. No caso que nos interessa, essa alguma coisa cobre uma realidade muito vasta que vai do conhecimento de acontecimentos ao conhecimento de uma civilização, passando pelo de personagens, organismos, instituições.

Ora, os meios para conseguirmos esse conhecimento residem na reconstituição, entendida em sentido lato, de um estado de origem (...).

Cloonan (2016, p. 107-108) ressalta que preservar arquivos difere de outros objetos informacionais, já que os documentos são criados ou recebidos por um indivíduo, família ou instituição. Para a autora, define-se o conceito de preservação como “um guarda-chuva que inclui a conservação – o processamento físico dos objetos com base em princípios científicos e práticas profissionais – assim como outras atividades que buscam cuidar de acervos num nível global”.

Além do mais, a autora evidencia o papel do arquivista na preservação, cabendo-lhe decidir o que deve ser preservado e aquilo que deve ser descartado, pois “decidir o que e como preservar pode ser um ato cultural, social e político” (Cloonan, 2016, p. 111).

Quanto aos documentos públicos, Bellotto (2014, p. 308) acentua que alguns deles, após passarem pelo processo de avaliação, tornam-se bens culturais em vista de seu valor informativo permanente, o que é preponderante tanto para a história institucional quanto para a sociedade na qual a instituição foi atuante. Nesta perspectiva, Cloonan (2016; p. 112) aponta que “as coisas que são mantidas e que possuem valor permanente são aquilo que tem sentido”.

Diante deste quadro, ilustra-se que a própria Carta Magna de 1988, em conformidade com o inciso 4.º do artigo 216, descreve como patrimônio cultural brasileiro – a englobar “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira” – o qual abrange também os documentos.

Do mesmo modo, é admissível que a ideia de patrimônio cultural esteja ligada a aspectos tangíveis à constituição da memória coletiva, cujo significado é estabelecido por Hedstrom (2016, p. 240) como “a representação que um grupo cria de seu passado em termos de origens, valores e experiências compartilhadas” (Chauí, 1992; Hedstrom, 2016).

Nesta conjuntura, incluem-se os documentos, já que a autora atribui aos arquivos “a missão que inclui preservar e fornecer acesso às provas de ações e decisões passadas”. Sendo assim, afirma-se que o patrimônio documental está

atrelado aos documentos de valor permanente e, no tocante aos arquivos públicos, formam o patrimônio documental institucional (Hedstrom, 2016; Bellotto, 2014).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 130), entende-se como patrimônio arquivístico o “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município”. Explica-se que tal configuração é representativa dos documentos de caráter definitivo oriundos de instituições públicas.

Logo, ao compreender os conjuntos documentais como patrimônio, torna-se veemente a prerrogativa de preservá-los, se bem que o descumprimento da medida em questão pode implicar sanções, como se pode perceber no artigo 25 da Lei de Arquivos:

Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado de interesse público e social (Brasil, 1991, art. 25).

No caso específico dos arquivos, Cloonan (2016, p. 115) diz que a história, o contexto, a totalidade do objeto e a proveniência caracterizam-se como elementos centrais na sua preservação. Para a autora, é a referida atividade que permite o gerenciamento do patrimônio.

Conforme abordado anteriormente, documentos de arquivo possuem características próprias e, por esse motivo, é preciso ter em consideração que:

(...) não obstante, preservar alguns documentos por seu conteúdo informativo, os quais podem ser muito úteis para estudos de natureza socioeconômica. Seus julgamentos são finais e irrevogáveis. **Os documentos, uma vez destruídos, não podem ser recuperados, pois, comumente, existem em uma única via** (Schellenberg, 2006, p. 48; grifo nosso).

Além de questões relacionadas à preservação, notam-se aquelas imbricadas quanto ao acesso, evidenciando que tais conceitos caminham lado a lado. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 19), apresentam-se duas definições para o referido termo. Assim, seu significado está atrelado à “possibilidade de consulta a documentos e informações”, bem como à “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a

promover sua utilização”. Ressalta-se que esta última se aplica à tônica desta abordagem.

É preciso enunciar que a própria Lei de Arquivos, em seu artigo 22, ratifica que o acesso aos documentos públicos é um direito assegurado aos cidadãos. Já a lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, revalida esse direito como dever de Estado. Com base na legislação, as práticas de preservação, segundo Cloonan (2016, p. 127), devem garanti-lo pelo tempo que for necessário.

Constata-se que o Conselho Internacional de Arquivos, entidade máxima da área em nível mundial com sede na França, postula que instituições públicas devem abrir seus arquivos a fim de promover e facilitar o acesso, elucidando a importância da informação. E, para tal finalidade, é amplamente necessário que instrumentos de pesquisa estejam disponíveis para consulta, sendo atualizados constantemente, de modo a possibilitar o uso público dos arquivos (Conselho Internacional de Arquivos, 2014).

De fato, é a partir do acesso que se viabiliza o uso dos arquivos que, conseqüentemente, ocorre mediante divulgação de seus acervos. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 72), divulgação corresponde ao “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”. Assim, Bellotto (2014, p. 181) explica que o conhecimento acumulado nos arquivos ditos históricos pode ser transmitido aos cidadãos através de atividades culturais e educativas.

Sabendo que os arquivos permanentes são essenciais na difusão de conhecimento, uma etapa fundamental para que isso aconteça é a descrição arquivística. Para este fim, é imprescindível a elaboração de instrumentos de pesquisa com o propósito de que a documentação contida nos arquivos esteja acessível aos seus usuários, quer pesquisadores quer cidadãos comuns.

De acordo com Bellotto (2006, p. 173), a descrição consiste em tarefa típica dos arquivos permanentes, já que são as informações descritas pormenorizadamente que se tornarão objeto de interesse do pesquisador de modo geral.

Além de contribuir tanto para o acesso quanto para a divulgação dos acervos, a descrição é uma ferramenta muito útil para a preservação de documentos porque,

conforme destacado por Yeo (2016, p. 136), reduz eficazmente o manuseio dos documentos originais.

Portanto, considerando o universo dos arquivos permanentes no âmbito de suas atividades e competências, depreende-se a importância de preservar, dar acesso e disseminar a documentação relevante não só para manter a história das instituições envolvidas, mas também fornecer subsídios aos usuários, cujo interesse pela pesquisa seja eminente. Neste prisma, enquadram-se os arquivos universitários, dada a sua concepção, a serem tratados com mais detalhes, visto que se configuram no cerne desta abordagem.

### **2.3.2 Arquivos universitários: conhecimento para a posteridade**

Tendo em vista as atividades concernentes aos arquivos de terceira idade – os quais constituem o eixo norteador desta discussão – deve-se recapitular seu direcionamento para os arquivos permanentes no tocante à esfera pública federal, cuja ênfase reside nos arquivos universitários – e estes, propriamente, abrangem os fundamentos outrora mencionados.

Sabe-se que os pilares da universidade são o ensino, a pesquisa e a extensão. Tratando-se de instituição detentora de conhecimento em sua forma mais pura, é factível que existam conjuntos documentais tangíveis às atividades meio e fim e, devido a características inerentes ao seu fazer, destacam a relevância desses acervos.

Para Jilek (*apud* Bellotto, 2014, p. 74-75), os arquivos universitários apresentam o seguinte papel:

- 1) Reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade;
- 2) Avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
- 3) Supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

Ainda segundo o autor, cabe aos arquivos universitários:

- 1) Fornecer aos administradores as informações requeridas no menor prazo possível;
- 2) Fazer as demandas de informação e de pesquisa;
- 3) Requerer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com a finalidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores.

Boso *et al.* (2007, p. 126) salientam que

O arquivo universitário deve ser preservado, por ocupar um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido do trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino superior.

Vale ressaltar que os arquivos correspondem a unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, atuando também como testemunhos e agentes de concretização no que tange ao fazer acadêmico. Nota-se, portanto, que os documentos de valor permanente são formadores da memória da universidade, compondo seus arquivos definitivos a partir de conjuntos documentais que são decorrentes de atividades acadêmicas e administrativas (Bellotto, 2014).

Abordar o contexto dos arquivos permanentes, bem como conceitos que fundamentam a teoria arquivística, tem seu papel imprescindível na compreensão do objeto desta pesquisa que se trata, propriamente, de um conjunto documental cujo valor informacional testemunhal é intrínseco e, sobretudo, de alta relevância. Entretanto, antes de conhecer tais documentos, faz-se necessário apresentar a trajetória da instituição que os originou, da qual são perceptíveis os desdobramentos que podem ser comprovados pelos testemunhos encontrados nos arquivos universitários.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVA DA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA ENQUANTO INSTITUIÇÃO VINCULADA À UNIVERSIDADE DO BRASIL**

“Para Gorceix (...), a escola devia ser o que, depois, (...) ela veio a se chamar – Escola *Nacional* de Minas e Metalurgia”.  
*Alberto Mazoni Andrade*

Apresentar a Escola Nacional de Minas e Metalurgia é, de fato, o objetivo deste capítulo. Na verdade, tal denominação consiste naquela atribuída à Escola de Minas de Ouro Preto, predominante enquanto esteve subordinada à Universidade do Brasil entre os anos de 1931 e 1960. Entretanto, sua história tem início ainda no período imperial (1822-1889). Assim, busca-se explicar as origens desta instituição, fazendo um breve percurso pela sua trajetória até culminar na vinculação à Universidade do Rio de Janeiro e desligamento da Universidade do Brasil.

#### **3.1 OS PRIMÓRDIOS: BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO**

Deve-se esclarecer, em primeiro lugar, que o foco desta pesquisa está basicamente atrelado ao século XX. No entanto, entende-se que é inegavelmente necessário discorrer sobre as origens da Escola de Minas de Ouro Preto ainda no século anterior, e como ela se consolidou como uma das principais instituições de ensino do país.

A Escola de Minas de Ouro Preto é, indubitavelmente, considerada uma das mais importantes instituições de nível superior no Brasil do século XIX, destacando-se pelo pioneirismo nas áreas de mineralogia, metalurgia e geologia, além de exercer papel relevante como órgão no desenvolvimento do ensino, pesquisa e ciência.

Favero (2010, p. 26) assinala que a Escola de Minas de Ouro Preto, juntamente com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, como também as faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, compunham o grupo restrito de seis estabelecimentos de ensino superior existentes no período imperial.

É mister afirmar que a criação da Escola de Minas é vista como fruto da vontade política de D. Pedro II (1825-1891), o que se deve muito mais a questões ideológicas do que econômicas. Afinal, o imperador era um mecenas das artes, e

dentre suas paixões estavam as línguas, a astronomia tanto quanto a mineralogia e a geologia (Carvalho, 2010; Schwarcz, 1998).

Naquela época, o país detinha uma economia eminentemente agrícola, baseada na monocultura do café e do açúcar, apoiando-se na mão de obra escrava e havendo grande incentivo para a tradicional engenharia como a construção de pontes e estradas de ferro. Diante de tal realidade, não se percebiam razões concretas para a exigência de ensino técnico de minas e metalurgia, bem como de atividades científicas relacionadas e, principalmente, pela criação de uma escola dedicada à mineração. De alguma forma, antevia-se que a indústria mineral poderia ser uma alternativa ao declínio econômico em vista da exploração das riquezas minerais do país (Carvalho, 2010; Telles, 1994).

Criada pelo decreto n.º 6.026, de 06 de novembro de 1875, o objetivo principal da Escola de Minas era “preparar engenheiros para a exploração das minas e para os estabelecimentos metalúrgicos”, oferecendo curso gratuito com duração de dois anos (Brasil, 1875, art. 1.º).

Deste modo, a Escola de Minas foi inaugurada na cidade de Ouro Preto, então capital mineira, a 12 de outubro de 1876, sob os auspícios do Imperador Pedro II e tendo como primeiro diretor o mineralogista francês Claude Henri Gorceix (1842-1919), cujo cargo exerceu entre 1876 e 1891, totalizando 15 anos (Carvalho, 2010 *apud* Miotti, 2019).

Embora houvesse sido instalada somente em 1876, é válido frisar que ainda em 1832 fora aprovado um decreto que estabelecia a criação de um curso de estudos mineralógicos dividido em quatro anos na província de Minas Gerais, tendo sido postergado por mais de quatro décadas. Tal decreto foi transformado em lei que é considerada o documento oficial de criação da Escola de Minas de Ouro Preto (Villanova, 1948 *apud* Miotti; Leite, 2020; Carvalho, 2010).

A Escola de Minas funcionou, inicialmente, numa colina situada na Rua das Mercês, atrás do Palácio dos Governadores. Com a transferência da capital para Belo Horizonte em 1897, a instituição passou a ocupar o Palácio dos Governadores, localizado na Praça Tiradentes, no centro de Ouro Preto (Anais da Escola de Minas de Ouro Preto, 1959).

Reitera-se que a iniciativa foi realmente de D. Pedro II, quem requisitou um documento para conhecer e explorar as riquezas minerais do Brasil ao diretor da Escola de Minas de Paris, Auguste Daubrée (1814-1896), também seu colega e

membro da Academia de Ciências, também de Paris. De tal modo, Daubrée solicitou a elaboração de uma carta geológica e o ensino de geologia por parte de professores estrangeiros ou brasileiros diplomados no exterior. Convidado pelo imperador para dirigir o projeto, recusou o convite, pois acabara de assumir o posto de direção. Ainda assim, indicou seu ex-aluno Claude Henri Gorceix que, naquela época, dedicava-se à Escola Francesa de Atenas, na Grécia (Carvalho, 2010).

O cientista Claude Henri Gorceix aceitou o convite do Imperador, tendo chegado ao Brasil em 1874 e feito excursões pelo país a fim de escolher o local para instalar uma escola de minas. De fato, foi o mineralogista francês quem realizou estudos e, em seus relatórios enviados para o governo imperial, sugeriu Ouro Preto como lugar ideal para a fundação de uma escola de minas, tanto pelas suas riquezas naturais quanto pela localização, uma vez que estava perto de um número relevante de pequenas fábricas de ferro. Além do mais, para Gorceix não havia necessidade de uma escola técnica e prática estar localizada em centros de civilização, mas sim próximo de indústrias ou minas (Carvalho, 2010; Telles, 1994).

Sendo assim, o modelo para a Escola de Minas de Ouro Preto foi baseado na Escola de Minas de Saint-Étienne, complementado pela sua formação na *École Normale*, buscando-se formar engenheiros para o desenvolvimento da indústria de mineração. Desta maneira, Gorceix ratificava a importância de formar engenheiros de minas, e não somente técnicos (Carvalho, 2010; 2015).

A propósito, segundo Lima (*apud* Telles, 1994, p. 515), a finalidade da Escola de Minas para Gorceix consistia na formação de geólogos e mineralogistas aptos para estudar o solo brasileiro e elaborar a carta geológica do país; de diretores para atuarem na exploração mineral e metalúrgica, bem como de engenheiros na fiscalização do trabalho das minas. Ressalta-se a importância de uma formação técnica e objetiva, de modo a projetar a indústria mineira, valendo-se das riquezas minerais existentes no país.

Quanto à organização da Escola de Minas implantada pelo cientista, Carvalho (2010, p. 26) alude à grande semelhança com o curso proposto pela lei de 1832 que pressupunha curso preparatório, exame de entrada, curso de quatro anos, ano letivo de setembro a maio – incluindo quatro meses para excursões e trabalhos de campo, além da contratação de professores estrangeiros para cadeiras novas. Dentre as propostas, quase todas se concretizaram na instituição.

Outrossim, a Escola de Minas desenvolveu-se a partir de um ensino eminentemente objetivo, ainda que a pesquisa científica caminhasse de modo desconhecido no país. Destacou-se por oferecer ensino individualizado, preconizando o tempo integral para docentes e discentes, além de incentivo a viagens de estudos. Aliás, segundo Carvalho (2010, p. 84), Gorceix não admitia professores que não pudessem dedicar-se integralmente à instituição.

Todavia, é de suma relevância exaltar o que ficou conhecido como o “espírito de Gorceix”, marcado pela máxima *cum mente et malleo*, isto é, “com a mente e o martelo” – expressão traduzida do latim cujo significado abrangia despertar a compreensão e a criatividade assim como favorecer a implantação de novos métodos e estilo de trabalho priorizando o espírito da investigação, tanto na teoria quanto na prática. Ademais, o cientista francês visava não somente à formação de engenheiros, mas também a influenciar no conhecimento e no desenvolvimento de riquezas naturais em Minas Gerais e no Brasil (Carvalho, 2010 *apud* Miotti, 2019).

Com efeito, a formação de professores e o preparo dos alunos possibilitaram resultados diferenciados, o que proporcionou número relevante de alunos diplomados que vieram a ocupar cargos na política, no campo empresarial como também em instituições de ensino – a citar, por exemplo, Gonzaga de Campos<sup>17</sup> e Domingos Fleury da Rocha<sup>18</sup>, diretores do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), depois Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); João Pandiá Calógeras<sup>19</sup>, ministro das pastas da Agricultura, Fazenda e Guerra durante a Primeira República e José Pires do Rio<sup>20</sup>, ministro da Viação e Obras Públicas (Carvalho, 2015).

No tocante aos estudos nas áreas de geologia e mineralogia, a Escola de Minas de Ouro Preto foi soberana na produção dos primeiros geólogos, mineralogistas e siderurgistas do país, desde a sua inauguração até a década de 1930. Fora a atuação de seus ex-alunos como ministros de Estado, diretores de estradas de ferro e fundadores de escolas de Engenharia, por exemplo. Essa

---

<sup>17</sup> Luiz Felipe Gonzaga de Campos (1856-1925) foi um geólogo maranhense (Nota da autora).

<sup>18</sup> Domingos Fleury da Rocha (1887-1977) foi diretor da instituição, já denominada Escola Nacional de Minas e Metalurgia, na década de 1940 (Nota da autora).

<sup>19</sup> João Pandiá Calógeras (1870-1934) foi um engenheiro e geólogo carioca, tendo atuado na política durante os governos Wenceslau Braz (1914-1918) e Epitácio Pessoa (1919-1922) (Nota da autora).

<sup>20</sup> José Pires do Rio (1880-1950) foi um engenheiro civil paulista, tendo atuado como ministro da Viação e Obras Públicas durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922) (Nota da autora).

formação é resultante do modelo de ensino e de desenvolvimento da ciência visando a objetivos aplicados que, até então, eram inéditos no país (Carvalho, 2010; 2015).

Considerada uma escola inovadora, tendo favorecido os primeiros passos para a evolução da ciência no Brasil, tornou-se alvo de críticas e resistência, principalmente em relação à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cuja rivalidade foi marcante nas décadas posteriores. Estabelecida em 1874, ou seja, dois anos antes da instituição mineira, foi quem emitiu parecer para seu funcionamento, inclusive quanto à sua denominação, sugerida pelo Visconde do Rio Branco<sup>21</sup>, homem influente do governo e então diretor interino, sobre o que seria a *Escola de Mineiros* recomendada por Gorceix (Carvalho, 2010; Barata, 1973).

Além do documento de sua fundação, outro regulamento é aprovado, mediante decreto n.º 8.727, de 04 de novembro de 1882, cuja finalidade é “preparar engenheiros para a lavra das minas e os estabelecimentos metalúrgicos” (Brasil, 1882, art. 1.º). Já o decreto n.º 9.448, de 27 de junho de 1885, que outorgava novo regulamento à Escola de Minas – com atribuições de agrimensor e engenheiro de minas com regalias de civil – foi o último expedido durante o Império, havendo vigorado até o início da República – quando mudanças significativas são efetivadas em sua estrutura.

Figura 01 – Fachada principal da Escola de Minas na Praça Tiradentes, centro de Ouro Preto – MG.



Fonte: Anais da Escola de Minas de Ouro Preto, 1959.

### 3.2 UM TURBILHÃO DE MUDANÇAS: A ESCOLA DE MINAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

<sup>21</sup> José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), intitulado Visconde do Rio Branco, foi um militar e diplomata baiano (Nota da autora).

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, logo surgem mudanças na Escola de Minas de Ouro Preto. Carvalho (2010, p. 80) diz que, com o fim do império, não existe mais apoio de D. Pedro II, passando a depender da influência política de seus ex-alunos, que adquirem postos nos poderes legislativo e executivo durante o novo regime.

De tal modo, a primeira medida sucede com Deodoro da Fonseca no poder (1889-1891), ou seja, a sua subordinação à Secretaria de Estado de Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, instituída pelo decreto 377-A, de maio de 1890 que, em seu artigo 3.º, destaca que estava ao seu cargo tudo o que estivesse atrelado à instrução pública, primária, secundária e superior.

Em seguida, com o decreto n.º 1.258, de 10 de janeiro de 1891, mais uma vez a Escola de Minas de Ouro Preto sofre mudanças em sua organização, em virtude do novo regulamento aprovado, criando o curso de Engenharia Civil cuja duração é de quatro anos. No mesmo ano, ocorre a reorganização da administração federal, efetivada pela lei n.º 23, de 30 de outubro, que passa a instituição para a competência do recém-criado Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, ao qual cabiam os assuntos educacionais.

Ainda no governo Floriano Peixoto (1891-1894), aprovam-se as disposições comuns às instituições superiores sob a égide do novo ministério, conforme o decreto n.º 1.159, de 03 de dezembro de 1892. No ano seguinte, através do decreto n.º 1.546, de 18 de setembro, a Escola de Minas tem novo regulamento aprovado.

Assim, a instituição permanece no Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores durante o mandato de Campos Salles (1898-1902) e tem outro regulamento aprovado, em conformidade com o disposto no decreto n.º 4.017, de 11 de maio de 1901.

No início do século XX, a Escola de Minas é subordinada ao recém-criado Ministério de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com o decreto n.º 1.606, de 29 de dezembro de 1906, durante o governo Afonso Pena (1906-1909). Além de ser responsável por assuntos pertinentes ao estudo, era também de sua competência o que se referia a “mineração e legislação respectiva, explorações e serviço geológico, estabelecimentos metalúrgicos e escolas de minas”, conforme expresso na alínea a do parágrafo 2.º, concernente à seção da indústria.

Já na gestão de Nilo Peçanha (1909-1910), é autorizada a criação de novas cadeiras como a de Eletrotécnica e Máquinas Operatrizes através de outro regulamento para a Escola de Minas de Ouro Preto, mediante decreto n.º 8.039, de 26 de maio de 1910.

Com o novo regulamento, disposto pelo decreto n.º 14.486, de 22 de novembro de 1920, no decorrer do governo Epitácio Pessoa (1919-1922), a Escola de Minas passa a oferecer dois cursos distintos, isto é, o de engenharia de minas e civil e o de química industrial, com duração de seis e três anos, respectivamente.

Durante o governo Artur Bernardes (1922-1926) é aprovado o regulamento do curso de química industrial na Escola de Minas de Ouro Preto conforme o decreto n.º 17.545, de 10 de novembro de 1926, cuja finalidade é “preparar químicos com uma noção geral objetiva das indústrias químicas possíveis no Brasil e, com especialidade, formar químicos metalúrgicos” (Brasil, 1926, art. 1.º).

Logo, com a publicação do decreto n.º 5.527, de 10 de setembro de 1928, no governo Washington Luís (1926-1930), a Escola de Minas de Ouro Preto torna-se instituto federal de ensino superior, sendo desligada do Ministério da Agricultura e retornando ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores que, até então, era responsável pelos assuntos ligados à educação.

Elucida-se que, a partir do período republicano até o início do Governo Provisório estabelecido por Getúlio Vargas – denominado comumente de República Velha ou, simplesmente, Primeira República – a Escola de Minas de Ouro Preto passou por muitas transformações, sendo alvo de subsequentes reformas de ensino, bem como de decisões oriundas de atos governamentais (Favero, 2010).

Carvalho (2010, p. 74) ratifica que as sucessivas transformações pelas quais a instituição passou foram consequentemente resultantes das inúmeras tentativas de centralizar o controle do ensino superior. Na verdade, essa conjuntura é efetivamente implantada na década de 1930, como se pode observar pelo desencadeamento dos fatos discutidos a seguir.

### 3.3 NOVOS RUMOS: A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO E O ESTABELECIMENTO DE UMA PASTA PARA A EDUCAÇÃO

#### 3.3.1 A Universidade do Rio de Janeiro

O período concernente à Primeira República (1889-1930)<sup>22</sup>, marcado pela descentralização política, é basilar no tocante às transformações sofridas pelo ensino superior no Brasil, principalmente pelo destaque à influência positivista<sup>23</sup> que teve início e fim nessa mesma fase. Aliás, é quando surgem estabelecimentos com o nome de universidade, sendo a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de Minas Gerais a prosperarem com essa denominação, criadas em 1920 e 1927, respectivamente (Cunha, 2007).

Vale ressaltar que a última década do momento em questão foi permeada por novas ideias e movimentos culturais, políticos e sociais, além de transformações políticas, econômicas, culturais e institucionais em curso no país que provocaram maior demanda por educação superior (Favero, 2010).

Neste cenário, mediante aprovação do decreto n.º 14.343, de 07 de setembro de 1920, sob a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, que reunia três escolas ora existentes na capital da República, isto é, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. Segundo Campos (*apud* Cunha, 2007, p. 189), trata-se da “primeira instituição de ensino superior que vingou com o nome de universidade”. Para Favero (2010, p. 29), sua criação é, propriamente, um fato histórico.

Efetivamente, a base da Universidade do Rio de Janeiro estava amparada pelo decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915, que reorganizava tanto o ensino secundário quanto o superior na República – ora conhecido como Reforma Carlos Maximiliano e publicada durante o governo Wenceslau Braz (1914-1918). Sendo assim, no artigo 6.º do documento mencionado, verifica-se que “o governo federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade, as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito”.

Reitera-se que a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) constitui-se, de fato, na primeira universidade instituída pelo governo federal. De acordo com o decreto de sua criação, sua direção seria confiada ao presidente do Conselho Superior de

---

<sup>22</sup> Vale lembrar que, à época em questão, o Rio de Janeiro era a capital política e administrativa da República, além de ser a maior cidade do país. Durante a independência e, principalmente, no Segundo Reinado, o Rio se tornou o centro da vida política nacional, quando se consolidaram o governo central e também a economia cafeeira, sendo o evento da proclamação da República a expressão mais significativa dessa afirmação (CARVALHO, 2019, p.12).

<sup>23</sup> Define-se positivismo como “a doutrina filosófica de Augusto Comte (1798-1857), segundo a qual a verificação pela experiência é o único critério da verdade” (CALDAS AULETE, 2012, p. 694).

Ensino, cabendo-lhe também o cargo de reitor assim como ao Conselho Universitário. Além do reitor, compunham o órgão dois membros da congregação de cada uma das suas três unidades.

Naquele momento, quem ocupava o cargo de presidente do Conselho Superior de Ensino era Benjamin Franklin Ramiz Galvão<sup>24</sup>, sendo designado como primeiro reitor da URJ, conforme disposto no decreto n.º 14.343. Miotti (2021, p. 02) relata que consta no primeiro volume do primeiro Livro de Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONSUNI), o registro da primeira assembleia da recém-criada universidade que aconteceu em 11 de outubro de 1920, tendo reunido as três congregações para discutir e aprovar seu regulamento.

Cunha (2007, p. 190) observa que foram precisos cinco anos para que o governo federal assimilasse o porquê de se criar uma universidade. Ademais, Favero (2010, p. 31) assinala que o fundamento para a sua criação era de caráter urgente para o próprio governo, haja vista a necessidade de implantar seu modelo universitário ante o surgimento de iniciativas de formação de instituições universitárias livres em nível estadual.

Nota-se que, ao longo dos anos 1920, a URJ manteve as respectivas unidades. A partir dos anos 1930, ocorrem mudanças no campo educacional e, principalmente, em âmbito universitário, como se pode perceber com a criação de uma nova pasta voltada para a educação e, conseqüentemente, com a aprovação de reformas de ensino a impactar, sobretudo, a primeira universidade federal do país.

### **3.3.2 O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp) e as reformas de ensino de 1931**

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder como chefe do Governo Provisório (1930-1934), consequência da Revolução de 1930, provocou mudanças significativas nos mais diversos setores da sociedade brasileira da época, propiciando o início de uma política de cunho centralizador (Cunha, 2007; Favero, 2010). A tentativa de controle pelo poder central já pode ser observada no artigo 1.º do decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, ao exprimir que:

---

<sup>24</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) foi reitor da Universidade do Rio de Janeiro entre 1920 e 1924 (Nota da autora).

O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país (Brasil, 1930, art. 1.º).

Evidentemente que tais mudanças não foram indiferentes ao campo educacional, pois se acreditava que a reforma da educação e a do ensino seriam capazes de transformar a sociedade, notando-se maior conscientização de problemas dessa ordem (Favero, 2010). Além disso, Gomes (2013, p. 278) ressalta que a educação foi detectada como tema e problema político capital desde a proclamação da República, sendo a arma necessária para vencer tanto o atraso quanto o subdesenvolvimento.

Entretanto, Cunha (2007, p. 252) indica a existência de uma corrente autoritária dominante no poder central, de forma a controlar o recém-criado Mesp, pondo em prática, de modo invertido, reivindicações de educadores liberais pleiteadas desde os anos 1920.

Então, criado o Mesp, conforme expresso no decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, diz-se no artigo 2.º que “este ministério terá a seu cargo o estudo e o despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar”. Cunha (2007, p. 253) assinala que cabia à nova pasta controlar a reprodução da força de trabalho e das elites dirigentes – também denominadas coletividade social brasileira.

Ademais, o autor (*apud* Miotti, 2022, p. 03) enuncia que a política educacional autoritária vai além da criação do ministério, destacando a determinação de medidas tais como a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a reforma do ensino secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras – sendo estas últimas efetivadas somente no ano seguinte.

O Mesp teve como primeiro titular o secretário do interior e jurista de Minas Gerais, Francisco Campos<sup>25</sup> - que, segundo Cunha (2007, p. 207), era um líder

---

<sup>25</sup> Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) foi um advogado e jurista mineiro, tendo iniciado sua carreira política como deputado estadual em seu estado natal no ano de 1919. Tornou-se secretário do interior durante a gestão de Antonio Carlos como presidente de Minas Gerais (1926-1930), cuja atuação frente aos assuntos educacionais foi preponderante para assumir o posto no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo deixado a pasta em setembro de 1932 (BIOGRAFIAS. Francisco Campos. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos)>).

parafascista. Sua gestão foi responsável pela implantação de sucessivas reformas de ensino em níveis superior e secundário, com tônica centralizadora (Favero, 2010, p. 44). Cabe afirmar que o ministro considerava a educação como um processo destinado a criar, conservar ou recuperar certos valores perdidos, ou seja, a religião, a família e a pátria.

Segundo Gomes (2013, p. 278), o Mesp era também chamado de “ministério da revolução”, destacando as reformas ocorridas durante o Governo Provisório, referentes ao ensino universitário e à educação secundária. Quanto à criação de universidades no Brasil, tratava-se de demanda antiga, pois revelava o atraso do país perante o mundo.

Para Cunha (*apud* Miotti, 2022, p. 03), o novo ministério acarretou a especialização de um setor do aparelho de Estado no campo educacional, passando a controlar os assuntos que eram anteriormente de competência do Departamento Nacional de Ensino, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, além de incorporar alguns daqueles que, até então, dependiam do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio assim como as escolas profissionais não superiores.

De mais a mais, foi transferido para a nova pasta o Departamento Nacional de Ensino, cujo controle abrangia a Universidade do Rio de Janeiro, bem como as escolas superiores federais localizadas nos estados, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Colégio Pedro II, o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos e a Superintendência dos Estabelecimentos de Ensino Comercial (Cunha, 2007 *apud* Miotti, 2022).

Poucos meses após sua criação, o Mesp consolida algumas mudanças no campo educacional. Em 11 de abril de 1931, é instituído o Conselho Nacional de Educação através do decreto n.º 19.850, na qualidade de órgão consultivo do referido ministério no tocante a assuntos pertinentes ao ensino, devendo ser composto, em primeiro lugar, por representantes de universidade federal ou equiparada.

Na mesma data é publicado o autodenominado Estatuto das Universidades Brasileiras, expresso pelo decreto n.º 19.851, tendo vigorado por trinta anos. Conhecido também como Reforma Francisco Campos em homenagem ao primeiro

---

titular da pasta, estabelecia padrões de organização do ensino superior em todo o país (Cunha, 2007). Em sua exposição de motivos, o ministro ilustra que:

(...) Em um país de tão amplas proporções territoriais como o Brasil e constituído de tantas zonas geográficas e econômicas de caracteres tão acentuadamente definidos é da maior utilidade permitir, mesmo no interesse do enriquecimento formal e material da organização universitária, que esta se deixe influenciar e modelar pelos múltiplos fatores, de ordem econômica, geográfica e espiritual, de cuja incidência se compõe a fisionomia própria ou a característica diferencial de cada uma das nossas regiões.(...) (Brasil, 1931).

Em referência ao decreto n.º 19.851, é importante observar que o artigo 3.º pressupõe que “o regime universitário no Brasil obedecerá aos preceitos gerais instituídos no presente decreto, podendo, entretanto, admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didáticos”.

Além disso, percebe-se que:

A organização das universidades brasileiras atenderá, primordialmente ao critério dos reclamos e necessidades do país e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários (Brasil, 1931, art. 2.º).

De acordo com Miotti (2022, p. 05), o Estatuto das Universidades Brasileiras mostra uma prerrogativa referente às universidades no que tange à agregação de outros institutos federais de ensino, conforme explicitado no artigo 11:

Qualquer universidade poderá ampliar a sua atividade didática pela incorporação progressiva de novos institutos de ensino superior de natureza técnica ou cultural, mediante prévia aprovação do Conselho Universitário da respectiva universidade (Brasil, 1931, art. 11).

Assinala-se que a primeira medida efetivada pelo referido decreto foi a organização da Universidade do Rio de Janeiro, materializada pela publicação do decreto n.º 19.852, também na mesma data (Cunha, 2007). Chamado simplesmente de Lei Francisco Campos, proporcionou à universidade agregar outras unidades conforme demonstrado em seu artigo 1.º, além da Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Faculdade de Direito, devendo as mesmas constituir-se pela tríade diretor, conselho técnico-administrativo e congregação.

Ficam congregados em unidade universitária, constituindo a Universidade

do Rio de Janeiro, os institutos de ensino superior abaixo enumerados, acrescidos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada pelo presente decreto:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Medicina;
- c) Escola Politécnica;
- d) Escola de Minas;
- e) Faculdade de Educação, Ciências e Letras;
- f) Faculdade de Farmácia;
- g) Faculdade de Odontologia;
- h) Escola Nacional de Belas Artes;
- i) Instituto Nacional de Música (Brasil, 1931, art. 1.º).

Ao examinar os livros de atas do Conselho Universitário da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constatou-se que foi primordial a participação do Conselho Universitário da URJ na discussão sobre as reformas de ensino propostas por Francisco Campos, como se pode observar na análise do terceiro livro, compreendido entre 1931 e 1936. Relacionam-se os seguintes assuntos, a saber:

- a) Convocação das Congregações para discutir sugestões para a Reforma de Ensino conforme solicitado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e constituição de comissões para tal reforma (ata da 1ª reunião extraordinária em 16 de janeiro de 1931);
- b) Elaboração do projeto pela Comissão Especial de Reforma de Ensino que se refere à constituição da Universidade Federal do Brasil (ata da 2ª reunião extraordinária em 06 de fevereiro de 1931) e
- c) Apresentação de questionário para reorganização da URJ (ata da 4ª reunião extraordinária em 19 de fevereiro de 1931).

Dentre as instituições incorporadas à Universidade do Rio de Janeiro a partir do presente decreto, afirma-se que somente a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola de Minas, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música já existiam anteriormente como unidades universitárias (Favero, 2010).

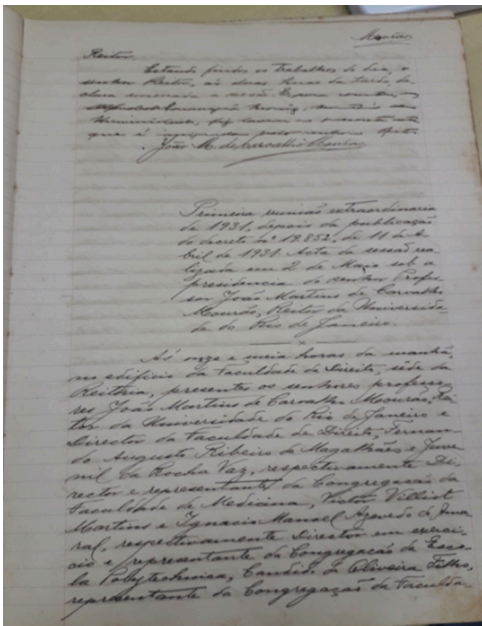
Deste modo, a reforma de ensino de 1931 outorgou a subordinação da Escola de Minas ao Ministério da Educação e Saúde Pública, incorporando-a como órgão da Universidade do Rio de Janeiro. À instituição, que era atribuída a cidade de origem em sua denominação, tornou-se a Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro.

### 3.3.3 Apresentando a Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro

Com a organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), ou seja, “modelo para as universidades e institutos equiparados” segundo a exposição de motivos do ministro Francisco Campos, a Escola de Minas tornou-se uma de suas unidades, constituída administrativamente pela tríade diretor, conselho técnico-administrativo e congregação, tendo participação no Conselho Universitário com a presença de seu diretor e um representante eleito pela congregação.

Na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que constituirá o modelo para as Universidades e Institutos equiparados, foram adaptadas as normas instituídas para o regime universitário no Estatuto das Universidades Brasileiras. Nela ficam incorporados os Institutos de ensino superior da Capital da República, dependentes do Ministério da Educação e Saúde Pública, acrescidos da Escola de Minas de Ouro Preto e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada no projeto (Brasil, 1931).

Figura 02 – Ata da sessão extraordinária ocorrida em 02 de maio de 1931, após a publicação do decreto n.º 19.852.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É importante verificar que o Estatuto das Universidades Brasileiras salienta no parágrafo 1.º do artigo 11 que “a incorporação, para ser efetivada, dependerá, nas universidades federais, de decreto do governo federal”. Neste contexto, em sua exposição de motivos, o próprio ministro justifica a razão de a Escola de Minas estar

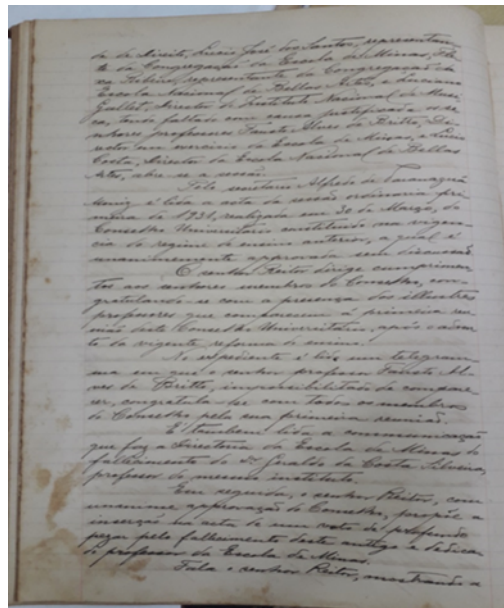
integrada à Universidade do Rio de Janeiro:

A incorporação da Escola de Minas de Ouro Preto à Universidade do Rio de Janeiro atende às conveniências de uma e de outra. Escola de notórias tradições científicas e didáticas, o isolamento físico, espiritualmente, entretanto, passará a ser associada a um grande e absorvente organismo de cultura, com o qual passará a estar em contatos imediatos e repetidos, com que se torna possível arejar os seus quadros científicos e didáticos, animando-a do mesmo movimento progressivo e ascendente que o espírito universitário imprimir aos institutos convocados sob a sua influência e autoridade (Brasil, 1931).

Desta forma, a Universidade do Rio de Janeiro passou a contar com duas unidades dedicadas ao ensino de Engenharia, isto é, a Escola Politécnica e a Escola de Minas, que:

(...) têm por fim ministrar o ensino mais adequado a formar profissionais necessários ao país não só nas funções técnicas de execução, como também nas de organização e direção dos grandes empreendimentos, habilitando-os com os conhecimentos, ensinamentos e métodos de investigação mais aptos a estimular-lhes a iniciativa, desenvolver-lhes a capacidade de apreensão dos aspectos essenciais dos problemas e orientar-lhes o espírito no sentido das soluções mais convenientes aos interesses da comunidade (Brasil, 1931).

Figura 03 – Registro da presença de Lucio José dos Santos como representante da Escola de Minas na assembleia realizada em 02 de maio de 1931.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

De acordo com os preceitos estabelecidos na organização da URJ, cabia à

Escola de Minas conferir o diploma de engenheiro de minas e civil, após conclusão do curso seriado de seis anos de duração, enquanto na Escola Politécnica eram expedidos diplomas de engenheiro civil, engenheiro eletricitista, engenheiro industrial e geógrafo.

Listam-se abaixo as disciplinas oferecidas para o ensino na Escola de Minas em conformidade com o artigo 138 do decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931:

- I – Complementos de geometria analítica. Elementos de monografia. Cálculo vetorial.
- II – Cálculo diferencial e integral
- III – Física (1ª parte)
- IV – Geometria descritiva. Elementos de geometria projetiva. Perspectiva. Aplicações técnicas;
- V – Física (2ª parte);
- VI – Mecânica racional;
- VII – Topografia. Geodésia elementar. Astronomia de campo;
- VIII – Química geral inorgânica e orgânica. Elementos de Química-física. Eletroquímica;
- IX – Botânica e zoologia;
- X – Química industrial. Química analítica;
- XI – Termodinâmica. Tecnologia do calor. Geradores de vapor. Motores térmicos;
- XII – Resistência dos materiais. Grafo-estática;
- XIII – Eletrotécnica geral. Máquinas elétricas. Medidas elétricas e magnéticas;
- XIV - Mecânica aplicada. Máquinas operatrizes. Tecnologia do construtor mecânico;
- XV – Produção, transmissão e aplicações industriais da energia elétrica;
- XVI – Estabilidade das construções. Cimento armado;
- XVII – Materiais de construção e determinação experimental de sua resistência. Tecnologia das profissões elementares. Processos gerais de construção;
- XVIII – Mineralogia geral e descritiva. Metalogenia;
- XIX – Metalurgia geral. Tratamento mecânico dos minérios. Exploração de minas;
- XX – Estradas de ferro e de rodagem;
- XXI – Hidráulica teórica e prática. Motores hidráulicos;
- XXII – Geologia (1ª parte); Geologia geral – Petrologia;
- XXIII – Metalurgia especializada. Siderurgia. Metalografia microscópica;
- XXIV – Navegação interior. Portos do mar;
- XXV – Geologia (2ª parte); Geologia estratigráfica – Paleontologia;
- XXVI – Construção civil. Higiene industrial e dos edifícios. Arquitetura. Saneamento e traçado das cidades;
- XXVII – Pontes e viadutos. Grandes estruturas;
- XXVIII – Economia política. Finanças. Estatística. Direito administrativo. Legislação (Brasil, 1931, art. 138).

A Escola de Minas tem seu regulamento aprovado pelo decreto n.º 20.865, de 28 de dezembro de 1931, ratificando seu papel como instituto da Universidade do Rio de Janeiro cuja finalidade é ministrar o ensino para formar profissionais habilitados no campo da engenharia de minas e civil, devendo seu diretor ser

nomeado pelo governo, sendo escolhido a partir de uma lista tríplice formada por três nomes indicados pela congregação tal qual pelo conselho universitário.

É necessário mencionar que, três anos após a reforma da Universidade do Rio de Janeiro, o Governo Provisório decidiu criar a Universidade Técnica Federal através do decreto n.º 24.738, de 14 de julho de 1934, de maneira a preconizar que “o progresso e a riqueza das nações cada vez mais dependem da aplicação de conhecimento técnico-científico na resolução dos problemas que lhe são peculiares, de modo a fundamentar as iniciativas do Estado”. Além do mais, o referido documento também pressupunha que o aperfeiçoamento técnico-científico seria resultante de uma convergência de aspirações e de finalidades entre institutos de investigação e unidades didáticas responsáveis à difusão dos conhecimentos assim adquiridas (Brasil, 1934).

Cabe ressaltar que a Universidade Técnica Federal, conforme as alíneas a, b e c do artigo 1.º do decreto supracitado, apresentava como objetivos principais:

- a) ministrar o ensino necessário à formação dos profissionais que se destinam, não só as funções de organização e de direção dos grandes empreendimentos, como também as funções de execução privativas da engenharia e das carreiras afins;
- b) concorrer, por iniciativa própria ou sob a forma de mandatos universitários, para o aperfeiçoamento dos que se destinam ao exercício do magistério nos institutos de ensino técnico superior e
- c) constituir-se um centro técnico de investigação e difusão dos conhecimentos científicos e técnicas que possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento industrial e econômico do país (Brasil, 1934, art. 1.º).

Para tal finalidade, estavam envolvidas nesse projeto as duas escolas de engenharia da Universidade do Rio de Janeiro<sup>26</sup>, isto é, Escola Politécnica e Escola de Minas, além da Escola Nacional de Química, então subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que seriam incorporadas à nova instituição (Cunha, 2007; Miotti, 2022).

---

<sup>26</sup> Durante a fase de análise e descrição referentes ao projeto de preservação dos livros de atas do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONSUNI), realizado pela Divisão de Arquivos Permanentes do Sistema de Arquivos da UFRJ, identificou-se uma grande lacuna temporal no terceiro livro de atas, correspondente ao período entre 1931 e 1936, e mais precisamente entre setembro de 1931 e agosto de 1934, sendo os registros retomados a partir dessa última data. Observa-se também a ausência da Escola Politécnica, que retorna ao Conselho Universitário somente em 1937, conforme mencionado no quarto livro de atas, compreendido entre 1937 e 1944. Além do mais, fez-se a pesquisa nas atas da congregação da referida unidade, referenciando-a como membro da Universidade Técnica Federal, com voto de congratulações ao governo pela criação da instituição, da qual “a Escola Politécnica é o principal elemento” (ata da sessão de 14 de agosto de 1934) (Nota da autora).

Em observância ao papel da Escola de Minas de Ouro Preto na Universidade Técnica Federal, diz-se mais precisamente que:

Enquanto não for instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a que se refere o art. 1.º, do decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931, a Escola de Minas continuará incorporada à Universidade do Rio de Janeiro, sem prejuízo, entretanto, da cooperação que possa prestar, desde já aos objetivos da Universidade Técnica Federal (Brasil, 1934, parágrafo único).

Entretanto, Cunha (2007, p. 272) elucida que o projeto resultou apenas em tentativa. Assim sendo, a Universidade Técnica Federal desempenharia a força de trabalho industrial e a pesquisa tecnológica, enquanto caberia à Universidade do Rio de Janeiro o desenvolvimento das ciências naturais e humanas. Segundo o autor, o mesmo não logrou êxito em virtude da própria política educacional autoritária, ao postular que uma só instituição fosse detentora do saber.

Reitera-se que a Escola de Minas permaneceu como unidade agregada à Universidade do Rio de Janeiro. Porém, ainda no decorrer dos anos 1930, verifica-se a emergência de um grande projeto educacional. Logo, a Universidade do Rio de Janeiro deveria tornar-se uma instituição de ensino de padrão nacional, consagrando-se como modelo para todo o país.

### 3.4 A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO EM UNIVERSIDADE DO BRASIL

Poucos anos após a sua reorganização, é publicado o texto sobre providências relacionadas à Universidade do Rio de Janeiro, no qual se pode perceber a sobreposição de seus objetivos e competências:

A Universidade do Rio de Janeiro, com sede na cidade de mesmo nome, destinada a difundir e desenvolver o ensino artístico, técnico, científico e cultural; a estimular as investigações artísticas, técnicas, científicas; a elevar o nível da cultura geral, concorrendo para a educação do indivíduo e da coletividade pelo aproveitamento e coordenação de todas as atividades, será constituída pelos seguintes estabelecimentos, sob a jurisdição suprema de um Conselho Universitário e sob a direção geral de um Reitor:

- I – Faculdade de Direito do Rio de Janeiro;
- II – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;
- III – Escola Politécnica do Rio de Janeiro;
- IV – Escola de Minas de Ouro Preto;
- V – Escola Nacional de Belas Artes;
- VI – Escola Nacional de Música;
- VII – Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro (Brasil, 1934).

Sendo a Universidade do Rio de Janeiro a primeira universidade estabelecida pelo governo federal, era de suma relevância que a mesma servisse de exemplo para a implantação de mudanças a serem expandidas para todo o território nacional.

Na Carta Magna de 1934 em seu artigo 150, alínea d, diz-se que competia à União fixar um plano nacional de educação assim como manter no Distrito Federal o ensino secundário e complementar, além do superior e do universitário. De acordo com Favero (2010, p. 53), o item segue o que fora proposto por Francisco Campos durante as reformas de 1931.

Cunha (2007, p. 273) aponta que a nova constituição também determinou a criação de um Conselho Nacional de Educação, cabendo-lhe elaborar um plano nacional de educação, elemento norteador do trabalho do ministério e das secretarias estaduais, em caso de aprovação pelo congresso.

A partir da elaboração do Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde, torna-se veemente o projeto de uma instituição de caráter nacional mantida e dirigida pela União, reunindo não somente estudantes da capital da República, mas também de outros pontos do país. Para o novo titular da pasta, Gustavo Capanema<sup>27</sup>, era imprescindível que a instituição fosse padrão de organização para todo o Brasil, além de ser um grande centro de convivência e de trabalho (Favero, 2010).

Assim, é novamente reorganizada a Universidade do Rio de Janeiro, que é transformada em Universidade do Brasil, segundo a publicação da lei n.º 452, de 05 de julho de 1937, constituída de quinze unidades conforme o artigo 4.º, cujas denominações continham o adjetivo “nacional”<sup>28</sup> (Cunha, 2007; Favero, 2010):

A Universidade do Brasil será inicialmente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras;
- b) Faculdade Nacional de Educação;
- c) Escola Nacional de Engenharia;
- d) Escola Nacional de Minas e Metalurgia;
- e) Escola Nacional de Química;
- f) Faculdade Nacional de Medicina;

---

<sup>27</sup> Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi um advogado e político mineiro. Exerceu o cargo de ministro da Educação e Saúde no final do Governo Provisório em 1934, tendo ocupado o cargo até o fim do Estado Novo, em 1945. Foi o ministro quem permaneceu por mais tempo à frente da pasta, totalizando onze anos consecutivos (BIOGRAFIAS. Gustavo Capanema. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/gustavo-capanema>).

<sup>28</sup> Nota-se a inclusão do adjetivo “nacional” nas denominações das unidades que compõem a Universidade do Brasil a partir da sessão ocorrida em 20 de julho de 1937, a primeira após a publicação da lei n.º 452 (Nota da autora).

- g) Faculdade Nacional de Odontologia;
- h) Faculdade Nacional de Farmácia;
- i) Faculdade Nacional de Direito;
- j) Faculdade Nacional de Política e Economia;
- k) Escola Nacional de Agronomia;
- l) Escola Nacional de Veterinária;
- m) Escola Nacional de Arquitetura;
- n) Escola Nacional de Belas Artes;
- o) Escola Nacional de Música (Brasil, 1937, art. 4.º).

Para cooperar nos trabalhos dos estabelecimentos de ensino mencionados no artigo anterior, farão parte integrante da Universidade do Brasil os seguintes institutos:

- a) Museu Nacional;
- b) Instituto de Física;
- c) Instituto de Eletrotécnica;
- d) Instituto de Hidroaerodinâmica;
- e) Instituto de Mecânica Industrial;
- f) Instituto de Ensaio de Materiais;
- g) Instituto de Química e Eletroquímica;
- h) Instituto de Metalurgia;
- i) Instituto de Nutrição;
- j) Instituto de Eletroradiologia;
- k) Instituto de Biotipologia;
- l) Instituto de Psicologia;
- m) Instituto de Criminologia;
- n) Instituto de Psiquiatria;
- o) Instituto de História e Geografia;
- p) Instituto de Organização Política e Econômica (Brasil, 1937, art. 5.º).

É interessante observar que a inscrição “Universidade do Brasil” já vinha sendo utilizada antes mesmo de ser sancionada a lei que a instituiu. Ao examinar o terceiro livro de atas do Conselho Universitário que compreende o período de 1937 a 1944, reconhece-se a mesma na página de abertura do livro assinado pelo reitor Raul Leitão da Cunha<sup>29</sup> assim como nos registros subsequentes.

As principais finalidades da Universidade do Brasil eram:

- a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país;
- c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores (Brasil, 1937, art. 2.º).

Cunha (2007, p. 274) enfatiza que não se tratava mais de uma simples instituição, antes composta por três escolas superiores e encimada por uma simples

---

<sup>29</sup> Raul Leitão da Cunha (1881-1947) foi representante da Faculdade de Medicina no Conselho Universitário nos anos 1920 e reitor da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil por 11 anos (1934-1945), além de ministro da Educação (1945-1946) durante a gestão de José Linhares (Nota da autora).

administração. Consistia, de fato, em um projeto de grande dimensão, devido ao prestígio adquirido pelas suas unidades.

Ademais, o autor evidencia a construção de uma cidade universitária<sup>30</sup>, sendo a comissão de plano formada ainda em 1935, pouco antes da aprovação da Universidade do Brasil. Na verdade, era algo previsto nas propostas de Francisco Campos e que, de certa maneira, visavam à modernização do ensino superior. Leia-se o disposto no artigo 276 do decreto n.º 19.852:

O governo providenciará para reunir oportunamente, no mesmo local, os diversos institutos universitários a fim de dar à Universidade do Rio de Janeiro a desejável unidade material e, assim, iniciar a fundação da futura Cidade Universitária (Brasil, 1931, art. 276).

É preciso destacar também que a reforma da universidade ocorreu durante um tempo de intensa repressão política, possibilitando ao Estado controlar sobremaneira as atividades universitárias a partir de vários dispositivos como, por exemplo, a nomeação do reitor e dos diretores de unidades por parte da presidência da República (Cunha, 2007).

Oito anos após a sua transformação, é concedido à Universidade do Brasil (UB) *status* de pessoa jurídica, obtendo autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, em conformidade com o decreto n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945. Tem seu estatuto aprovado através do decreto n.º 21.321, de 18 de junho de 1946, durante o governo Eurico Dutra (1946-1951). Consoante o artigo 2.º do referido documento, constituem-se como objetivos da UB a educação, o ensino e a pesquisa (Brasil, 1946).

Com a institucionalização da UB, a Escola de Minas de Ouro Preto transformou-se em Escola Nacional de Minas e Metalurgia, permanecendo como

---

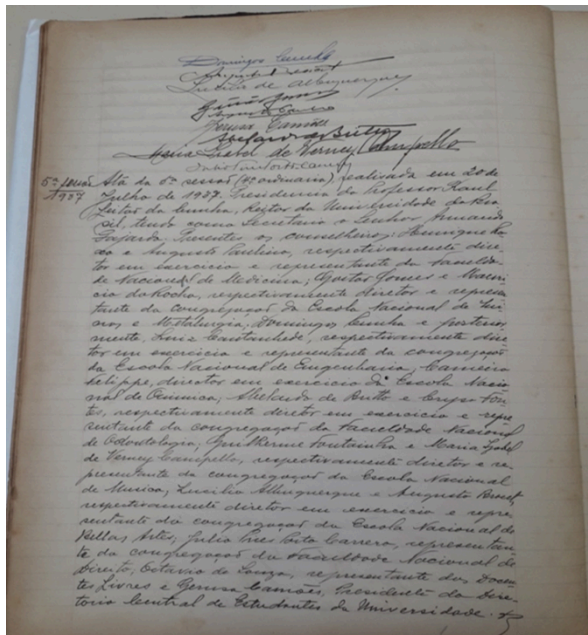
<sup>30</sup> Segundo o parágrafo único do terceiro capítulo da lei n.º 452, a Cidade Universitária compreendia o espaço ocupado pela Quinta da Boa Vista, localizada na zona norte carioca, e arredores. Na comunicação oral intitulada “Cidade Universitária, 50 anos: documentando histórias”, apresentada na 10ª edição do Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (SINTAE), que ocorre anualmente na UFRJ, a autora Ana Carolina Miotti expôs com base nos documentos arquivísticos custodiados pela Divisão de Arquivos Permanentes, que outros locais da cidade foram cogitados para a sua localização, além do município fluminense de Niterói. Em um dos documentos, datado do início da década de 1940, diz-se que “nenhuma obra imortalizaria melhor um governo para ter as perfeitas bênçãos da Nação”, referindo-se ao Estado Novo (1937-1945). Vale afirmar que somente em 1945, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) escolhe as ilhas da Guanabara para a sua localização, cuja construção se iniciou em 1949, sendo uma parte entregue em 1953, com a inauguração do Instituto Nacional de Puericultura, durante o segundo governo Vargas (1951-1954) (Nota da autora).

sua unidade por pouco mais de duas décadas, além de manter sua localização na cidade homônima.

### 3.4.1 Eis a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil

Sabe-se que a transformação da Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil proporcionou alterações nas denominações de suas respectivas unidades. No entanto, pode-se constatar uma alteração significativa quanto à Escola de Minas de Ouro Preto que, a partir de 1937, passa a chamar-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia (ENMM).

Figura 04 – Registro da nova denominação, Escola Nacional de Minas e Metalurgia, na 5ª sessão ordinária do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, ocorrida em 20 de julho de 1937.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É válido salientar que a justificativa para tal denominação pode ser encontrada nos documentos de arquivo. Na série Organização e Funcionamento do grupo Gestão Administrativa, referente ao fundo ENMM<sup>31</sup>, sob a custódia da Divisão de Arquivos Permanentes do Sistema de Arquivos da UFRJ, nota-se que a mesma fora sugerida pelos professores da própria instituição, a fim de evitar ambiguidades com o nome do estado de Minas Gerais (Miotti, 2021).

De acordo com o parágrafo único do artigo 9.º da lei n.º 452, consta que a instituição manteria sua sede em Ouro Preto, onde também seria instalado o

<sup>31</sup> Sobre a descrição arquivística do fundo em questão, o assunto será discutido de modo mais aprofundado no terceiro capítulo (Nota da autora).

Instituto de Metalurgia. Além do mais, o referido documento ratificava que a sede da Universidade do Brasil era o Rio de Janeiro – naquela ocasião, capital da República.

Deste modo, é reconhecível que a ENMM era a unidade mais distante geograficamente da Universidade do Brasil e, por tais razões, seria absolutamente inviável integrar o projeto da Cidade Universitária, ora iniciado por Francisco Campos e levado a cabo por Gustavo Capanema.

Nesta conjuntura, é interessante evidenciar um episódio ocorrido nessa fase, que, de certa forma, desencadeou uma série de acontecimentos, envolvendo até mesmo sua relação com a universidade. Trata-se da transferência da sede da Escola de Minas para a nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Carvalho (2010, p. 131) destaca esse fato como o primeiro conflito de natureza grave na instituição que se deu após a Proclamação da República.

Todavia, questionava-se a permanência em Ouro Preto e de que maneira isso afetava o desenvolvimento da ENMM. Tal circunstância resultou na elaboração de um memorial apresentado à congregação em 1939 e o embate, segundo Carvalho (2010, p. 131), originou dois grupos divergentes – a ala mudancista e a ouro-pretana.

Relata-se que o conflito obteve repercussão nacional após a criação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e, de fato, matérias relacionadas podem ser encontradas em jornais de época<sup>32</sup>. Propôs-se, então, a transformação da ENMM em instituto-modelo vinculado ao novo Ministério de Minas e Energia, de modo a retomar ideias advindas de Gorceix, além de acrescentar novas, como a construção de novos laboratórios e uma vila universitária, por exemplo. Ainda em 1942, a congregação aprovou em ata a vinculação ao novo ministério, declarando que um dos grandes males à instituição era a subordinação à UB (Carvalho, 2010).

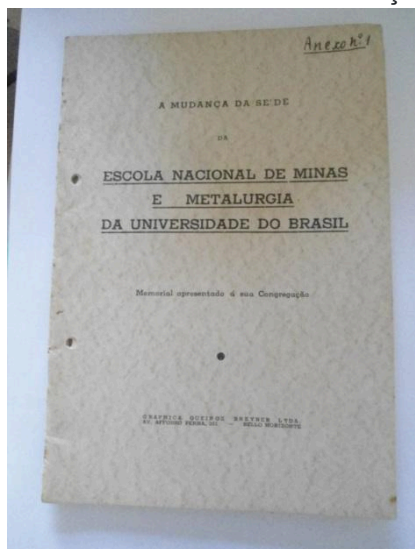
Tendo em vista o documento, alegava-se que o isolamento em Ouro Preto era prejudicial à instituição, visto que as atividades industriais, metalúrgicas e de mineração deslocaram-se para a região de Sabará e arredores, localizada a 20 km de Belo Horizonte. Além do mais, era um fator que comprometia o desenvolvimento da engenharia civil, pois grandes realizações da área eram empreendidas à distância.

---

<sup>32</sup> A propósito, o assunto gerou um longo processo contendo dois volumes espessos que pertencem à série Organização e Funcionamento – grupo Gestão Administrativa do fundo ENMM (Nota da autora).

É curioso observar que o memorial, a fim de justificar a transferência da ENMM de Ouro Preto para Belo Horizonte, retoma o argumento do ministro Francisco Campos que fora utilizado em sua exposição de motivos para incorporar a instituição à então Universidade do Rio de Janeiro, mediante decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931.

Figura 05 – Memorial referente à mudança de sede da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Carvalho (2010, p. 134) aponta que se via como possível solução a transferência da ENMM para o Ministério das Minas e Energia assim como a criação de uma Universidade Técnica em Ouro Preto. Entretanto, o fim do Estado Novo embargou as expectativas. O ministério foi criado somente em 1953, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), mas a instituição permaneceu sob a égide do agora Ministério da Educação e Cultura. Por conseguinte, não se falou mais sobre desligamento.

Aliás, a ideia de desligar-se da UB surgiu com mais intensidade durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, principalmente, com o apoio do seu diretor Salathiel Torres – segundo Carvalho (2010, p. 135-136), sem falar na incorporação ao Ministério de Minas e Energia, com a tentativa de recuperar a antiga autonomia dos tempos de Claude Henri Gorceix.

Figura 06 – Matéria publicada no jornal O Cruzeiro (MG) sobre desligamento da ENMM, integrante do processo n.º 18304/1958-13 (Fundo ENMM; Grupo Gestão Administrativa; Série Organização e Funcionamento).



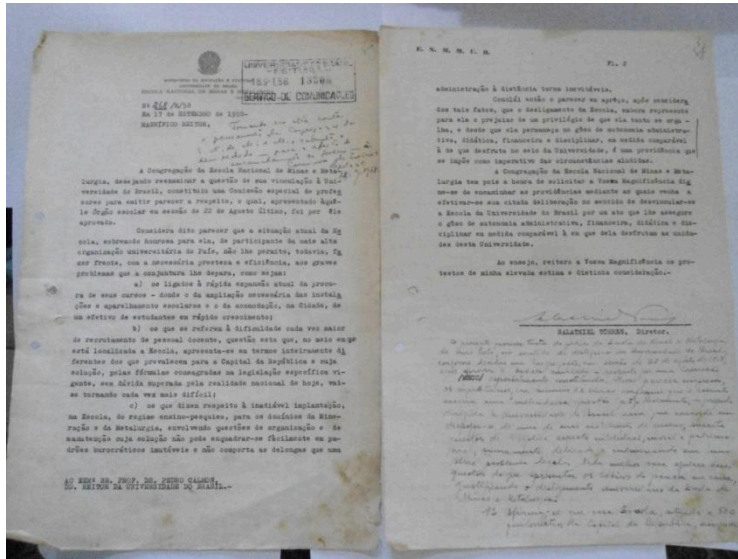
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Conforme a pesquisa documental, em 1958, foi aprovado pela congregação e registrado na ata de 22 de agosto, o desligamento da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, com o apoio do ministro da Educação Clóvis Salgado, alegando graves problemas relativos à conjuntura, bem como a ampliação de suas instalações e o recrutamento de pessoal – fatores agravados pela distância do Rio de Janeiro, no que tange à captação de recursos necessários ao seu funcionamento. Entretanto, em sua exposição, Salathiel Torres enaltece que o desligamento representava o prejuízo de um privilégio que a ENMM tanto se orgulhava.

Logo, o desligamento é efetivado somente em 1960, mediante publicação da lei n.º 3.843, de 15 de dezembro, com a anuência do presidente Juscelino Kubitschek, do ministro da Educação Clóvis Salgado e do reitor da Universidade do Brasil Pedro Calmon<sup>33</sup>. A instituição volta a denominar-se Escola de Minas de Ouro Preto, obtendo autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

<sup>33</sup> Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) foi representante da Faculdade Nacional de Direito e reitor da Universidade do Brasil por 18 anos (1948-1966) (Nota da autora).

Figura 07 – Desligamento da ENMM, documento integrante do processo n.º 18304/1958-13 (Fundo ENMM; Grupo Gestão Administrativa; Série Organização e Funcionamento).



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Ao analisar o documento supracitado, observa-se que a Escola de Minas de Ouro Preto, apesar da autonomia, não se desvinculara imediatamente da ENMM. Afinal, o regimento anterior ainda estava em vigor, enquanto os novos estatutos não fossem aprovados, bem como dotações orçamentárias, responsabilidades e acordos decorrentes de convênios e acordos celebrados sob a égide da UB. Ademais, incorporaria ao seu patrimônio bens, edifícios e equipamentos, além de manter os cursos que a compunham, isto é, Engenharia de Minas, Engenharia Civil, Engenharia Metalúrgica e Geologia.

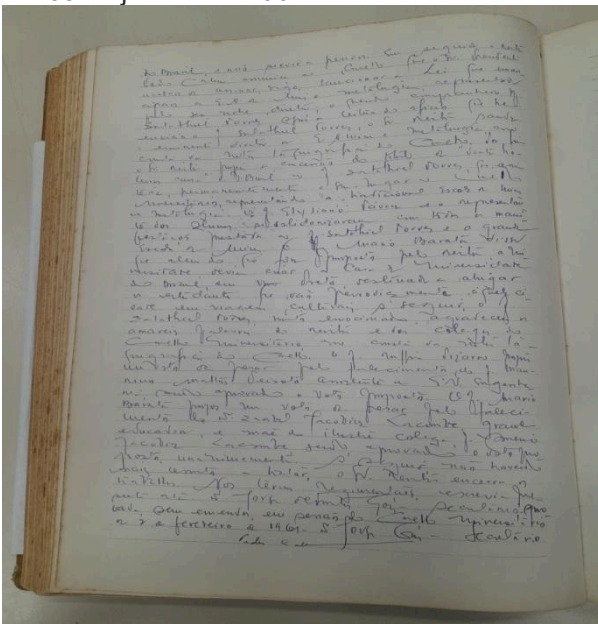
Afirma-se que a Escola Nacional de Minas e Metalurgia<sup>34</sup> permaneceu por três décadas, isto é, entre 1931 e 1960, como unidade da Universidade do Brasil – a considerar, decerto, os anos iniciais com a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Curiosamente, tanto a

<sup>34</sup> Um fato curioso a destacar nessa fase refere-se ao convite para seu 70.º aniversário, conforme descrito na ata da 44ª sessão ordinária em 17 de outubro de 1946, no quinto livro de atas do CONSUNI (1945-1947). Estiveram presentes nas comemorações o diretor da Escola Nacional de Química e antigo aluno da ENMM, Paulo da Rocha Lagoa, designado como representante do reitor da UB, Ignácio Manoel Azevedo do Amaral, e o diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, José de Faria Góes Sobrinho. Este, que estava em companhia dos alunos, relatou indiferença por parte de professores e alunos de Ouro Preto e o motivo estaria relacionado à realização do congresso de geologia. Na ata da sessão ordinária de 21 de outubro de 1946, consta que tal episódio gerou indisposições entre as duas unidades, sendo designada uma comissão na ENMM formada por Salathiel Torres, então vice-diretor da instituição e os professores José Barbosa da Silva e Reinaldo Octávio Alves de Brito; e outra na UB, formada pelos conselheiros Maurício de Medeiros, Floriano Bittencourt e Raul Bittencourt. O representante do DCE da UB alegou que Reinaldo de Brito era suspeito de participar da comissão, pois se negara a colaborar para evitar os acontecimentos. A UB encerrou a apuração devido à ausência de relatório, conforme informado na ata da 50ª sessão ordinária de 25 de novembro de 1946 (Nota da autora).

vinculação quanto a desvinculação tiveram anuência de dois mineiros, cada qual ao seu tempo.

Evidencia-se que a relação entre Escola Nacional de Minas e Metalurgia e Universidade do Brasil perpassou importantes períodos governamentais da história do Brasil contemporâneo, como a Era Vargas (1930-1945) e o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), além de compreender a vigência do Estatuto das Universidades Brasileiras, publicado em 1931.

Figura 08 – Último registro da ENMM no Conselho Universitário da UB na sessão ordinária ocorrida em 05 de janeiro de 1961.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Desde a sua criação como Escola de Minas de Ouro Preto até o desligamento da Universidade do Brasil como Escola Nacional de Minas e Metalurgia, passaram-se 84 anos – dentre os quais trinta deles estiveram atrelados à primeira universidade federal do país. Entretanto, apesar do longo tempo, trata-se de um momento muito pouco citado ou praticamente desconhecido que, a partir de agora, não permanecerá mais no esquecimento, conforme demonstram os documentos arquivísticos desta fase, cujas questões serão trabalhadas no próximo capítulo.

## **4 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA DIVULGAR CONHECIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA**

“A qualidade de um arquivista transparece na precisão dos instrumentos de pesquisa que ele elabora e na medida em que seu trabalho satisfaz ao pesquisador”.

*Helóisa Liberalli Bellotto*

Após apresentar a trajetória da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, consiste no propósito deste capítulo abordar o conjunto documental homônimo, a demonstrar a sua contribuição através da descrição arquivística, como testemunho da subordinação à Universidade do Brasil. Tratando-se de atividade substancial nos arquivos de terceira idade, pretende-se ratificar a relevância da elaboração de instrumentos de pesquisa, bem como o uso de normas, e de que modo tal atividade pode-se mostrar imprescindível no que tange à divulgação de conhecimento oriundo de fontes primárias.

### **4.1 ARQUIVOS PERMANENTES: BREVE RECAPITULAÇÃO**

Sabe-se que os arquivos permanentes, também denominados arquivos de terceira idade, arquivos definitivos ou, simplesmente, arquivos históricos – como são popularmente conhecidos – referem-se a documentos que perderam o valor primário na administração, sendo preservados devido ao seu valor de testemunho para fins científicos e culturais.

A base da organização dos arquivos permanentes dá-se através da constituição de fundos documentais, ou seja, conjuntos de documentos de uma mesma proveniência produzidos e acumulados em razão de suas atividades, sendo conservados organicamente. A identificação desses conjuntos demanda conhecimento da estrutura da administração a fim de ordená-los mediante quadros de arranjo preestabelecidos.

Os arquivos permanentes, para que cumpram o seu objetivo, precisam estar em conformidade com esses instrumentos. Aliás, Bellotto (2006, p. 145) afirma que o arranjo tem como primeira etapa o recolhimento, cujos documentos devem ser devidamente identificados e justapostos a um quadro que reflita a estrutura da administração pertinente ao período da documentação em questão.

Vale frisar que o arranjo é uma atividade de suma importância, pois revela a organização administrativa de um determinado órgão. De fato, é a partir dessa operação que se deve desencadear outra atividade essencial para esses arquivos,

senão a mais relevante, que é a elaboração de instrumentos de pesquisa – que, na terminologia arquivística, denomina-se descrição – visando a proporcionar conhecimento da documentação custodiada pelas instituições aos seus usuários.

Constata-se que se trata de um processo inerente aos arquivos de terceira idade, dada a sua complexidade, que objetiva o uso de normas para estabelecer instrumentos de pesquisa. Por isso, vai além da organização de arquivos, buscando-se elucidar conjuntos documentais que certamente poderão contribuir com a historiografia, na medida em que se divulga conhecimento por meio de fontes primárias.

## 4.2 DESCRIÇÃO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL

### 4.2.1 Compreendendo a descrição arquivística

A materialização da solução para questionamentos imbricados em pesquisas pode ser encontrada nos instrumentos de busca que se tornam, de fato, o principal produto resultante dos arquivos permanentes. Bellotto (2014, p. 290) ressalta que a descrição se traduz em tarefa primordial desses arquivos, devendo ser realizada cuidadosa e criteriosamente, até mesmo com rigor por parte dos profissionais incumbidos de tal atividade.

Segundo a autora, é fundamental estabelecer políticas de descrição que atendam de forma viável e eficaz, haja vista as quantidades vultosas de documentos de guarda permanente e, conseqüentemente, as reais necessidades de pesquisa e divulgação (Bellotto, 2014).

Schellenberg (1963, p. 181) detalha que os objetivos do programa de descrição aludem a não somente tornar o acervo acessível, mas também torná-lo acessível com a maior eficiência possível. Para tanto, enumera os seguintes pontos como traços essenciais:

- a) Proporcionar informação imediata sobre o acervo;
- b) Fornecer a informação particular que se deseja;
- c) Fornecer informação mais completa quando possível;
- d) Produzir meios de busca na forma que melhor torne conhecido o conteúdo e caráter dos documentos, e facilite o uso dos documentos;
- e) Tornar acessíveis os meios de busca.

A propósito, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 67), define descrição como “o conjunto de procedimentos que

leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Tratando-se de arquivos públicos de guarda permanente, é bem possível encontrar conjuntos documentais que estejam em mau estado de conservação, por isso, de acordo com Bellotto (2014, p. 283), tal fator pode desencadear a aceleração do processo de descrição.

Segundo Yeo (2016, p. 136), os produtos descritivos constituem ferramentas de gestão documental, de modo a impedir possíveis perdas ou extravios. Para o autor, é importante observar que a atividade cumpre seu papel de preservação, pois tende a reduzir o manuseio dos documentos originais, captando e reunindo informações sobre o contexto abordado.

Vale ressaltar que a descrição consiste em tarefa típica dos arquivos de terceira idade, resultando na elaboração de instrumentos essenciais que, no universo arquivístico, correspondem aos guias, catálogos, inventários, índices e catálogos seletivos, cuja função é permanente nos arquivos de custódia (Bellotto, 2006; Rousseau; Couture, 1998).

Sobre o assunto, Rousseau e Couture (1998, p. 137-138) evidenciam que:

Os instrumentos de descrição documental fundamentais que são confeccionados pelo arquivista constituem a ponta de lança da arquivística. Permitem a comunicação orgânica no seio da organização junto dos utilizadores, tanto de seu valor primário como do secundário (administradores, investigadores, cientistas etc.). Podem estar registrados e acessíveis em diversos suportes (papel, eletrônico, óptico etc.). (...)

Considerando que se trata de tarefa árdua e morosa que pressupõe tanto o conhecimento das fontes a serem descritas quanto da própria estrutura administrativa, buscou-se padronizar o procedimento ao estabelecer normas de descrição arquivística – primeiramente em âmbito internacional e, a partir daí, tomando-se como modelo para os demais países adaptarem à própria realidade. Logo, não foi diferente no que diz respeito à realidade brasileira, como se pode notar no tópico seguinte.

#### **4.2.2 Normatização e instrumentos de pesquisa**

É factível que a descrição arquivística não resulta em um processo aleatório. Bellotto (2006, p. 179) afirma que concerne à “única maneira de possibilitar que os

dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”.

Após anos de estudos, o Conselho Internacional de Arquivos lançou a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G) <sup>35</sup>, no ano de 1999, preconizando diretrizes para descrições arquivísticas, além de fixar que o objetivo da atividade consistia em “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover acesso aos mesmos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2000).

Entretanto, o Arquivo Nacional <sup>36</sup>, instituição máxima da arquivística brasileira e atualmente subordinado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, através do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)<sup>37</sup>, instituiu a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), conforme determinado na resolução n.º 28, de 17 de fevereiro de 2009. Trata-se, na verdade, da adaptação da norma internacional à realidade nacional. Sobre a medida, é preciso frisar que:

A NOBRADE estabelece, no Brasil, diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, visando à padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras e a facilitação do acesso e do intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional (CONARQ, 2009, art. 2.º).

A NOBRADE pressupõe a descrição multinível, considerando seis principais níveis de descrição, a saber:

- a) Acervo da entidade custodiadora (nível 0)<sup>38</sup>;
- b) Fundo (nível 1)<sup>39</sup>;
- c) Grupo ou seção (nível 2)<sup>40</sup>;
- d) Série (nível 3)<sup>41</sup>;

---

<sup>35</sup> Sigla em inglês para *General International Standard Archival Description* (Nota da autora).

<sup>36</sup> Em conformidade com a Lei de Arquivos, competem à instituição a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos (Brasil, 1991, art. 18).

<sup>37</sup> Órgão criado para definir a política nacional de arquivos, conforme disposto na Lei de Arquivos (Nota da autora).

<sup>38</sup> Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo (Arquivo Nacional, 2005, p. 84).

<sup>39</sup> Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (*Ibid.*, p. 97).

<sup>40</sup> Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidades administrativas com competências específicas (*Ibid.*, p. 151).

<sup>41</sup> Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto (*Ibid.*, p. 153).

- e) Dossiê ou processo (nível 4)<sup>42</sup> e
- f) Item documental (nível 5)<sup>43</sup>

Admitem-se também níveis intermediários:

- g) Acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5)<sup>44</sup>;
- h) Subseção (nível 2,5)<sup>45</sup>;
- i) Subsérie (nível 3,5)<sup>46</sup>.

Elucida-se que a NOBRADE compõe-se de oito áreas que compreendem 28 elementos de descrição, organizando-se da seguinte maneira (CONARQ, 2013):

- 1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
- 2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
- 3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
- 4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
- 5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
- 6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
- 7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
- 8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos por área de pontos de acesso e indexação de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Ademais, existem sete elementos obrigatórios, considerando os 28 elementos de descrição disponíveis:

- Código de referência;
- Título;
- Data;
- Nível de descrição;
- Dimensão e suporte;
- Nome do produtor;
- Condições de acesso (para descrições nos níveis 0 e 1).

Deve-se afirmar que a NOBRADE preconiza que a decisão quanto aos recursos utilizados para a descrição seja pertinente tanto à entidade custodiadora

---

<sup>42</sup> Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto que constitui uma unidade de arquivamento (Arquivo Nacional, 2005, p. 80).

<sup>43</sup> Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processos (*Ibid.*, p. 110).

<sup>44</sup> Subdivisão da unidade custodiadora (Nota da autora).

<sup>45</sup> Subdivisão da seção (Arquivo Nacional, 2005, p. 158).

<sup>46</sup> Subdivisão da série (*Ibid.*, p. 158).

quanto aos profissionais, como também o formato final dos instrumentos de pesquisa<sup>47</sup>, a destacar a presença de elementos de descrição obrigatórios. Além disso, faz-se necessário aplicar a norma em descrições de quaisquer documentos, independentemente do suporte ou do gênero<sup>48</sup> (CONARQ, 2013).

Quanto à compreensão desse processo, Rousseau e Couture (1998, p. 130) exprimem que:

Em suma, a harmonização das unidades de trabalho<sup>49</sup>, dos instrumentos de descrição documental<sup>50</sup> e de gestão do arquivista irão permitir que todos obtenham rapidamente uma informação completa, atualizada e convincente pelo menor tempo possível. A este propósito, a normalização irá trazer seguramente uma diminuição de custos de criação, de difusão, de tratamento, de memorização, de proteção de acesso e de comunicação da informação. (...)

Para Bellotto (2006, p. 180), os instrumentos de pesquisa são definidos como “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/os as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 138), a escolha de instrumentos de pesquisa implica análise não somente das unidades de trabalho a serem descritas, mas também das necessidades gerais ou particulares de usuários gerais ou particulares.

É preciso salientar que existe hierarquia em relação aos instrumentos de pesquisa, pois se deve partir do princípio geral para o particular, inclusive no que tange à elaboração de sua nomenclatura. Desta forma, podem ser genéricos e globalizantes, a exemplo dos guias; e parciais, que detalham parcelas do acervo como os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices (Bellotto, 2006; Rousseau; Couture, 1998).

---

<sup>47</sup> Heloísa Bellotto reforça que a denominação instrumentos de pesquisa, tão comum na terminologia arquivística brasileira, é derivada do francês *instruments de recherche*, embora a conceituada autora indique também o uso da expressão *instruments de travail* (instrumentos de trabalho; tradução nossa) (Nota da autora).

<sup>48</sup> Define-se gênero documental como a reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (Arquivo Nacional, 2005, p. 99).

<sup>49</sup> As unidades de trabalho às quais se referem os arquivistas canadenses são equivalentes aos níveis de descrição enumerados na NOBRADE, que correspondem a denominações consagradas na terminologia arquivística (Nota da autora).

<sup>50</sup> Outro significado para *instruments de pesquisa* (Nota da autora).

A começar pelos instrumentos de pesquisa gerais, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 102), define-se guia como o “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”.

Não obstante, para fins desta discussão, tem-se o guia como um instrumento no âmbito dos arquivos permanentes, ou seja, referindo-se a fundos de um só arquivo. De fato, o guia deve orientar para conhecimento dos fundos e funcionamento da instituição, fornecendo informações generalizadas com precisão e racionalidade (Bellotto, 2006).

Em relação aos instrumentos de pesquisa parciais, inventário<sup>51</sup> é aquele “que descreve sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos”, conforme expresso no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 109).

Ressalta-se que o inventário “pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas, ou mesmo parte de uma delas” (Bellotto, 2006, p. 196).

Quanto ao catálogo, caracteriza-se por ser um instrumento de pesquisa “organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 45).

Bellotto (2006, p. 203) aponta que a descrição no catálogo não deve abranger nem o acervo como um todo nem conjuntos de fundos. Assim, destina-se a um determinado fundo abarcando todos os itens documentais componentes das séries; algumas séries ou uma série somente.

No tocante ao catálogo seletivo, ora chamado de repertório, corresponde ao “instrumento de pesquisa em que são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos”, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 147).

---

<sup>51</sup> Sobre este instrumento especificamente, trataremos com mais detalhes no decorrer deste capítulo (Nota da autora).

Assim, Bellotto (2006, p. 212) salienta que nesse instrumento ocorre a seleção dos documentos a serem descritos e a mesma deverá ser realizada minuciosamente.

Já o índice consiste na “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados de referências para a sua localização”, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 107).

Bellotto (2006, p. 214) acentua que os índices podem complementar os outros instrumentos de pesquisa, tais como inventários e catálogos, assim como indexar diretamente os documentos.

Outro ponto relevante levantado pela autora é a elaboração dos instrumentos de forma correta, tendo em vista sua hierarquia que, conforme mencionado anteriormente, deve partir do geral para o parcial. Nesta conjuntura, é preciso considerar os seguintes pontos para a eficácia dos programas descritivos (Bellotto, 2006):

- a) Recursos humanos e financeiros;
- b) Preparação técnica e científica do pessoal;
- c) Qualidade dos recolhimentos;
- d) Perfil do usuário e sua demanda de dados;
- e) Tendências da historiografia;
- f) Estado físico da documentação (Bellotto, 2006, p. 219-220).

Para a tarefa em questão, Rousseau e Couture (1998, p. 147) sublinham que:

As unidades de trabalho constituem um dos fundamentos mais importantes da arquivística. Dominadas convenientemente e utilizadas a par dos princípios e outros fundamentos da disciplina, permitem a aplicação em todos os aspectos: criação, difusão, tratamento, memorização, proteção e acesso e comunicação da informação, quer esta esteja registrada num grupo de arquivos, num fundo, série, unidade de instalação ou num documento.

Ilustrar os preceitos da descrição a partir dos parâmetros estabelecidos pela NOBRADE, fundamentais para facilitar a atividade descritiva, bem como o uso dos instrumentos de pesquisa correspondentes, são imprescindíveis para a divulgação dos arquivos permanentes. Reconhece-se, portanto, que tal abordagem é essencial para que se compreenda o conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, o qual se constitui em objeto desta pesquisa.

## 4.3 O ARQUIVO DA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (ENMM): ARRANJO E DESCRIÇÃO

### 4.3.1 Identificando o fundo ENMM

Primeiramente, cabe reiterar que fundo é um princípio basilar na organização dos arquivos permanentes. Deste modo, Rousseau e Couture (1998, p. 134; grifo nosso) evidenciam que:

**A unidade arquivística central é o fundo.** (...) Uma compilação terminológica dos termos “arquivo” e “fundos de arquivo” permite concluir que há uma ligação íntima a uni-los. O fundo pode ser subdividido em subfundo (ou fundos secundários) e em subsubfundo, quando se trata de unidades administrativas subordinadas. (...)

Ademais, os autores canadenses constatam que:

É a partir da série, e da subsérie (...) que o arquivista age na estrutura interna do fundo de arquivo, seja qual for a idade ou a localização da informação. (...) definimos a série como uma divisão de peças ou de unidades de instalação cobrindo os aspectos de uma mesma função, atividade ou assunto, no interior de um dado fundo e definida por um quadro de classificação. (...) (Rousseau e Couture, 1998, p. 135).

Sabendo que se trata de elementos indispensáveis para o estabelecimento de quadros de arranjo e, conseqüentemente, de instrumentos de pesquisa correspondentes, entende-se a necessidade de recuperá-los a fim de analisar o fundo de arquivo em questão, isto é, o conjunto documental da ENMM.

Duchein (1986, p.10) ressalta que um fundo de arquivo é constituído pelo conjunto de documentos produzidos pelo trabalho de qualquer organismo, o qual pode ter passado por sucessivas adições, supressões e transferências de competências, cujos documentos poderão refletir essas variações. Nessa lógica, o autor evidencia que “todo organismo possuindo existência jurídica e um nível de competências próprios produz um fundo de arquivo, mesmo se está subordinado a outro organismo de nível mais elevado”.

Diante disto, verifica-se que os documentos da ENMM formam um fundo de arquivo, dado que a instituição detinha suas competências mesmo estando subordinada a um órgão mais elevado, ou seja, a Universidade do Brasil (UB).

Em respeito à variação de competências, uma das vertentes apontadas por Duchein (1986, p. 12) diz que “quando um organismo vivo vê serem transferidas as competências de um organismo suprimido, devem ser transferidos formando um fundo distinto”. De tal modo, aplicando-se à relação entre ENMM e UB, concebe-se

a ENMM como um organismo suprimido, devido ao desligamento da UB e, por essa razão, os documentos remanescentes na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pertencem a um fundo distinto que corresponde ao conjunto documental da ENMM.

Além disso, o arquivista francês enfatiza que “o fundo do organismo suprimido deve sempre ser considerado como distinto daquele organismo que o recolheu” (Duchain, 1986). Logo, devem-se distinguir os documentos da ENMM daqueles que compõem outros fundos da então UB, atualmente custodiados pela UFRJ.

No que concerne a organismos suprimidos, é inevitável abordar a noção de fundos fechados, pois “quando um organismo é suprimido, o fundo de arquivo criado por este organismo é automaticamente encerrado ou fechado” (Duchain, 1986). Contudo, o autor destaca que um fundo está completo somente quando é encerrado. Reitera-se, nas suas palavras, que “o fundo do organismo suprimido deve ser considerado como encerrado e um fundo novo deve ser aberto pelo organismo criado”.

Com efeito, considera-se o fundo ENMM como fechado. Conforme abordado no capítulo anterior, a instituição deixa de existir a partir do desligamento da UB, enquadrando-se como organismo suprimido. Ao tornar-se novamente Escola de Minas de Ouro Preto, com autonomia financeira, didática, administrativa e disciplinar, entende-se que se trata de um organismo novo. Por conseguinte, vale lembrar que não há mais produção documental.

É relevante acentuar que, segundo Duchain (1986, p. 12), a estrutura interna de um fundo de arquivo expõe claramente as variações de competências e, quanto a essa questão, uma das possíveis respostas apontadas relaciona-se à composição do fundo atrelada a divisões funcionais do organismo produtor, as quais devem formar a base da classificação arquivística. Tal princípio se aplica, propriamente, à constituição do quadro de arranjo referente ao conjunto documental da ENMM.

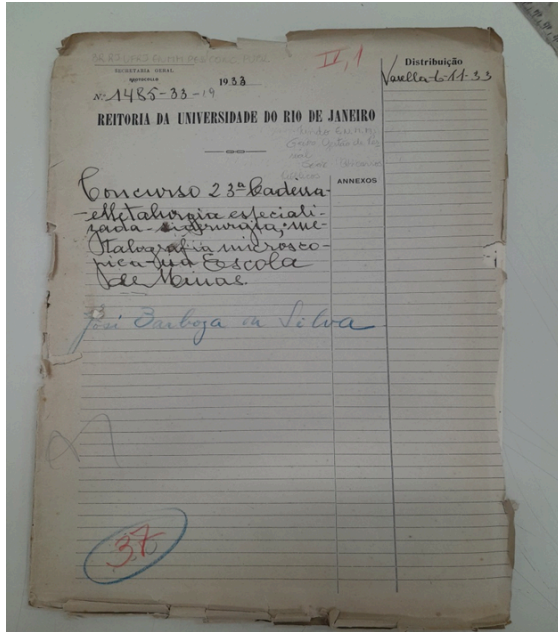
Realmente, é preciso esclarecer que os documentos relativos à ENMM compreendem o período entre 1931 e 1960, ou seja, desde sua subordinação à Universidade do Rio de Janeiro até o desligamento da Universidade do Brasil. Encontram-se sob a custódia da atual Divisão de Arquivos Permanentes (DAP)<sup>52</sup>,

---

<sup>52</sup> A descrição do fundo ENMM foi realizada entre 2012 e 2014 pela equipe da então Seção de Arquivo Permanente, ligada à Divisão de Arquivo - ora subordinada à Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6). Com a implantação do SIARQ através da portaria n.º 2.726, de 29 de março de 2016, a partir daí vinculado ao Gabinete da Reitoria, a Seção de Arquivo Permanente passou a

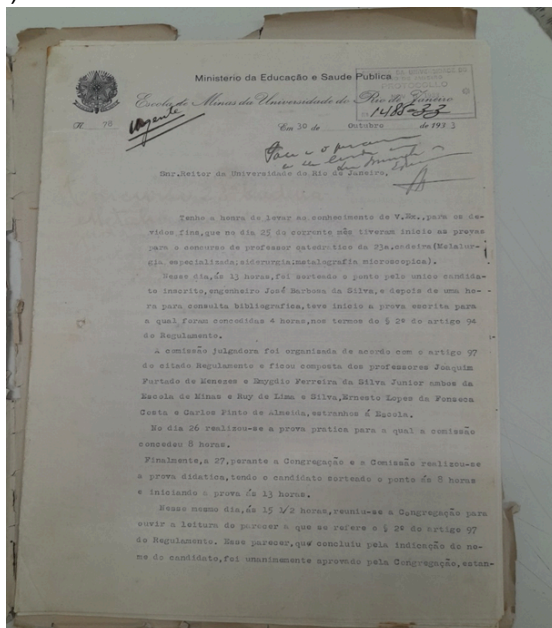
integrante do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UFRJ, cujo objetivo é preservar a documentação administrativa de terceira idade.

Figura 09 – Capa do processo n.º 1485/1933-19 referente a concurso para a 23ª cadeira na ENMM (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Pessoal; Série Concursos Públicos).



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 10 – Documento integrante do processo supracitado, contendo a inscrição Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Pessoal; Série Concursos Públicos).



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

chamar-se Divisão de Preservação Documental (DIPD). Em 2020, devido a razões de cunho administrativo, transformou-se em Divisão de Arquivos Permanentes (DAP) (Nota da autora).

Figura 11 – Capa do processo n.º 5930/1949-69, referente a obras na ENMM (Fundo ENMM; Grupo Gestão de Patrimônio; Série Construção).

PROCESSO 5930/49	DISTRIBUIÇÃO
ASSUNTO: OBRAS NA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA	
1.º - Construção de um anfiteatro.	970 2.1.19
2.º - Adaptação das salas de aula de Matemática e Física.	CC 8.1.19
3.º - Construção de uma laje de concreto armado no pórtico interno da escola.	113 DOP 1.19
4.º - Verba de 20.000,00	DPC 2.1.19
	2.º 2.1.19
	3.º 2.1.19
	4.º 2.1.19
	5.º 2.1.19
	6.º 2.1.19
	7.º 2.1.19
	8.º 2.1.19
	9.º 2.1.19
	10.º 2.1.19
	11.º 2.1.19
	12.º 2.1.19
	13.º 2.1.19
	14.º 2.1.19
	15.º 2.1.19
	16.º 2.1.19
	17.º 2.1.19
	18.º 2.1.19
	19.º 2.1.19
	20.º 2.1.19

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 12 – Documento integrante do processo supracitado, contendo a inscrição Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Escola Nacional de Minas e Metalurgia  
 Nº 5930/49  
 Em 27 de ABRIL de 1949  
 MANDADO REITOR,  
 2 DE 1949  
 DADO

Tenho a honra de passar à Vossa Magestade Magnificência, para os devidos fins, a justificação do plano de obras de construção de um anfiteatro, de adaptação das salas de aula de Matemática e Física e do laboratório de Física, bem assim, da construção de uma laje de concreto armado na varanda do pórtico interno da Escola, no valor total de CR\$ 20.000,00 (VINTA MIL CRUZEIROS).

As obras serão custeadas pela Verba 2.ª, Consignação II, Sub-Consignação 10 - "Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis", item 02 - Bens imóveis, do orçamento desta Escola para o presente exercício.

Previsão de ensino para renovar a Vossa Magestade Magnificência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

*Manoel de Brito*  
 D. FLEURY DA ROCHA,  
 Diretor.

Ao Exm. Sr. Prof. Dr. FERRO CALMON,  
 DD. REITOR DA UNIVERSIDADE DO BRASIL.  
 3/1/49  
 /MEIC/

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O trabalho em pauta, de fato, consolidou o início de uma longa atividade de identificação do acervo considerado histórico composto basicamente por uma única espécie documental, isto é, processos<sup>53</sup>. Concedeu-se prioridade ao conjunto documental da instituição mencionada em razão de tratamento documental urgente.

Sob o ponto de vista arquivístico, os documentos que compõem o referido fundo caracterizavam o que é comumente chamado de massa documental

<sup>53</sup> Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento (Arquivo Nacional, 2005, p. 138).

acumulada, visto que, ao longo de sua existência, jamais foram contemplados com programas de gestão de documentos<sup>54</sup>.

Quanto ao fundo ENMM especificamente, Miotti (2019, p. 05) exprime que:

O conjunto documental referente à Escola Nacional de Minas e Metalurgia é composto por processos administrativos relativos às atividades meio e fim, e segundo o *respect des fonds*<sup>55</sup>, é considerado um fundo fechado, já que os documentos deixaram de ser produzidos em virtude do desligamento. Tratava-se de uma massa documental acumulada, por isso realizou-se o tratamento documental a partir da identificação seguindo-se pela classificação dos documentos mediante aplicação de instrumentos correspondentes, isto é, as tabelas de temporalidade respectivas.

Cabe ressaltar que os documentos se encontravam no depósito, armazenados em caixas de papelão. Logo, o diagnóstico inicial verificou que os mesmos apresentavam bom estado de conservação, apesar de submetidos a condições adversas, tais como passagem do tempo, variação de temperatura e umidade relativa, além de sujidades e pragas inerentes ao suporte – neste caso, papel (Miotti; Leite, 2020).

Ademais, esses autores relatam que cada processo foi avaliado e classificado mediante utilização de instrumentos específicos – Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio da Administração Pública e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Concomitantemente, procedeu-se à indexação no então Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP) – <http://www.sap.ufrj.br><sup>56</sup> – realizando-se a consulta através de preenchimento de metadados<sup>57</sup> disponíveis (Miotti; Leite, 2020).

Após cumprir as etapas relacionadas à análise, identificação e seleção dos processos, partiu-se para a elaboração do quadro de arranjo correspondente,

---

<sup>54</sup> Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento (Arquivo Nacional, 2005, p. 100).

<sup>55</sup> Expressão em francês correspondente a *respeito aos fundos* (Nota da autora).

<sup>56</sup> A partir de maio de 2021, a UFRJ implantou definitivamente o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desabilitando o SAP. Para consultar processos arquivados, tais como aqueles pertencentes ao fundo ENMM, é necessário acessar o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), devendo-se clicar na ferramenta Serviços Administrativos (SERAD) - <https://sigad.ufrj.br/sisserad/index.php> - a fim de proceder à busca (Nota da autora).

<sup>57</sup> Dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender e/ou preservar outros dados ao longo do tempo (Arquivo Nacional, 2005, p. 116).

baseando-se nos assuntos dos documentos a fim de estabelecer as unidades de arquivamento.

Logo, foram aplicados princípios de conservação reparadora, utilizando-se trincha de cerdas macias para remoção de sujidades na higienização dos documentos. O acondicionamento foi feito em caixas-arquivo revestidas em plástico ondulado (polionda) de cor branca, ideal para acervos permanentes. Desta maneira, as caixas foram armazenadas e dispostas em estantes de aço localizadas na própria divisão, bem como organizadas de acordo com as séries e subséries correlatas (Miotti; Leite, 2020).

Enfim, com as etapas do tratamento arquivístico contempladas, iniciou-se o processo de descrição, de modo a desenvolver o instrumento de pesquisa mais adequado, o qual será explanado de forma detalhada a seguir.

#### **4.3.2 A descrição arquivística do fundo ENMM**

Reitera-se que a descrição é uma atividade que visa à elaboração de instrumentos de pesquisa. Quanto ao fundo ENMM, optou-se pela confecção de um inventário sumário<sup>58</sup>.

Antes de qualquer coisa, cabe lembrar que o inventário pode ser sumário ou analítico, conforme mencionado anteriormente. Cardinal (*apud* Rousseau; Couture, 1998, p. 141-142) define inventário sumário como “o instrumento de descrição documental que descreve, através de aspectos exteriores ao documento, cada uma das peças de um fundo ou de uma coleção de arquivos”, e inventário analítico como o “instrumento de descrição documental que descreve de modo preciso cada uma das peças de um fundo ou de uma coleção, analisando o conteúdo do documento”.

Bellotto (2006, p. 198) ressalta que “o tratamento sumário proporcionado pelo inventário é o ideal para a descrição de fundos”. A autora também sublinha que a descrição sumária é altamente aplicável aos documentos administrativos em razão de suas próprias características, pois se referem a documentos peculiarmente

---

<sup>58</sup> Deve-se esclarecer que o inventário do fundo ENMM foi elaborado em meio digital, sendo atualizado à medida que novos documentos são encontrados. Entretanto, por se tratar de um documento que ultrapassa a marca de 130 páginas, torna-se inviável sua anexação na íntegra, a extrapolar a capacidade desta dissertação. Portanto, excertos deste instrumento serão reproduzidos na seção correspondente, de modo a comprovar o objetivo proposto pelo capítulo em questão (Nota da autora).

repetitivos que não podem ser considerados fora dos conjuntos, de forma a comprovar a dinâmica da administração.

É mister afirmar que tal constatação é evidente e se reflete nos documentos que compõem o fundo ENMM. Deste modo, foi elaborado o quadro de arranjo em conformidade com os respectivos assuntos e mediante aplicação da NOBRADE, de acordo com os níveis de descrição correlatos.

A análise da documentação do referido conjunto documental permitiu a distribuição dos documentos correspondentes às unidades de arquivamento entre os níveis 0 e 3,5, ou seja, entidade custodiadora e subsérie, respectivamente.

Logo, tomando como parâmetro o grupo Gestão Acadêmica do fundo em questão, exemplifica-se a estrutura do arranjo, a saber:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, entidade custodiadora – nível 0;  
 Escola Nacional de Minas e Metalurgia, fundo – nível 1;  
 Gestão Acadêmica, grupo – nível 2;  
 Cursos Superiores (Graduação), série – nível 3;  
 Concursos de Admissão (Vestibular), subsérie – nível 3,5.

Quadro 1 – Representação do quadro de arranjo do fundo ENMM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (Nível 0)		
FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (Nível 1)		
GRUPO (Nível 2)	SÉRIE (Nível 3)	SUBSÉRIE (Nível 3,5)
1. Gestão Acadêmica	1. Cursos Superiores (Graduação)	1. Concursos de Admissão (Vestibular) 2. Cursos 3. Matrícula 4. Transferência 5. Provas. Exames 6. Frequência 7. Estágio (Bolsas) 8. Convênio. Intercâmbio 9. Solicitações de Títulos. Certificados 10. Colação de Grau 11. Assentamentos 12. Regime Disciplinar 13. Registro de Diploma
	2. Cursos de Especialização (Pós-Graduação)	1. Criação de Cursos
2. Gestão Administrativa	1. Organização e Funcionamento 2. Convênios 3. Eleições	
3. Gestão de Documentação e Informação	1. Publicações 2. Material Bibliográfico 3. Documentação Museológica	
	1. Contratação de Serviços 2. Material de Consumo 3. Material Permanente	

4. Gestão de Material	4. Movimentação de Material 5. Cessão 6. Doação	
5. Gestão de Patrimônio	1. Aquisição de Imóveis 2. Construção 3. Luz e Força 4. Veículos 5. Cessão 6. Doação	
6. Gestão Financeira  7. Gestão de Pessoal	1. Distribuição Orçamentária 2. Movimentação Bancária 3. Receita 4. Balancetes 5. Prestação de Contas  1. Cadastro 2. Concurso Público 3. Admissão 4. Nomeação 5. Contratação 6. Aproveitamento 7. Readmissão 8. Readaptação 9. Remoção 10. Transferência 11. Requisição de Pessoal 12. Designação 13. Disponibilidade 14. Dispensa 15. Exoneração 16. Falecimento 17. Criação de Cargos e Funções 18. Pagamentos 19. Reajustes. Equiparações. Promoções Salariais 20. Avaliação de Desempenho 21. Salário Família 22. Descontos 23. Delegações de Competência 24. Frequência 25. Ações Disciplinares 26. Acumulação de Cargos 27. Averbação de Tempo de Serviço 28. Aposentadoria 29. Pensão Especial 30. Prêmios e Títulos 31. Viagens 32. Eventos 33. Comunicações. Consultas. Informações.	
	34. Gratificações	1. Gratificação a membros de Conselho 2. Gratificação a membros de órgãos de Deliberação Coletiva 3. Gratificação adicional por tempo de serviço ou adicional suplementar para professor de banca e comissões de concurso 4. Gratificação de função 5. Gratificação de magistério 6. Gratificação de nível superior 7. Gratificação de risco à saúde 8. Gratificação pela execução de

		trabalho técnico-científico 9. Gratificação pelo exercício de encargo de membro de banca e comissões de concurso 10. Gratificação pelo exercício de encargo de professor em curso legalmente instituído
	35. Licenças	1. Licença especial 2. Licença para capacitação 3. Licença para interesses familiares 4. Licença para tratamento de interesses particulares 5. Licença para tratamento de saúde 6. Licença prêmio

Fonte: Miotti; Leite (2020)

Conforme demonstrado acima, o quadro de arranjo contempla os assuntos referentes às atividades meio e fim resultantes dos processos oriundos da ENMM. É válido destacar que tal ferramenta foi indispensável para a construção do inventário.

Enfim, vale recapitular que o inventário do conjunto documental da ENMM seguiu os preceitos instituídos pela NOBRADE. Encontram-se abaixo excertos do instrumento de pesquisa elaborado, em conformidade com os níveis outrora mencionados. Reitera-se como exemplo o grupo Gestão Acadêmica, como se pode observar nas páginas seguintes.

Figura 13 – Página de abertura do inventário do fundo ENMM.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DIARQ/SEÇÃO DE ARQUIVO PERMANENTE**

**ARQUIVO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA**  
*Inventário*

Ana Carolina Cardoso Miotti  
Lucélia Gomes do Nascimento  
Marco Antonio Rodrigues Miguel da Silva  
(Orgs.)

**Rio de Janeiro**  
**2014**

Figura 14 – Sumário do fundo ENMM.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 2014

## SUMÁRIO

Arquivo ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA – E.N.M.M.

### FUNDO ARQUIVÍSTICO

#### Grupo 1 – Gestão Acadêmica

- Série 1 – Cursos Superiores (Graduação)
  - Subsérie 1 – Concursos de Admissão (Vestibular)
  - Subsérie 2 – Cursos
  - Subsérie 3 – Matrícula
  - Subsérie 4 – Transferência
  - Subsérie 5 – Provas. Exames
  - Subsérie 6 – Frequência
  - Subsérie 7 – Estágio (Bolsas)
  - Subsérie 8 – Convênio. Intercâmbio
  - Subsérie 9 – Solicitações de Títulos. Certificados
  - Subsérie 10 – Colação de Grau
  - Subsérie 11 – Assentamentos
  - Subsérie 12 – Regime Disciplinar
  - Subsérie 13 – Registro de Diploma
- Série 2 – Curso de Especialização (Pós-Graduação)
  - Subsérie 1 – Criação de Cursos

#### Grupo 2 – Gestão Administrativa

- Série 1 – Organização e Funcionamento
- Série 2 – Convênios
- Série 3 – Eleições

#### Grupo 3 – Gestão de Documentação e Informação

- Série 1 – Publicações
- Série 2 – Material Bibliográfico
- Série 3 – Documentação Museológica

#### Grupo 4 – Gestão de Material

- Série 1 – Contratação de Serviços
- Série 2 – Material de Consumo
- Série 3 – Material Permanente
- Série 4 – Movimentação de Material
- Série 5 – Cessão
- Série 6 – Doação

Figura 15 – Continuação do sumário do fundo ENMM.

**Grupo 5 – Gestão de Patrimônio**

- Série 1 – Aquisição de Imóveis
- Série 2 – Construção
- Série 3 – Luz e Força
- Série 4 – Veículos
- Série 5 – Cessão
- Série 6 – Doação

**Grupo 6 – Gestão de Pessoal**

- Série 1 – Cadastro
- Série 2 – Concurso Público
- Série 3 – Admissão
- Série 4 – Nomeação
- Série 5 – Contratação
- Série 6 – Aproveitamento
- Série 7 – Readmissão
- Série 8 – Readaptação
- Série 9 – Remoção
- Série 10 – Transferência
- Série 11 – Requisição de Pessoal
- Série 12 – Designação
- Série 13 – Disponibilidade
- Série 14 – Dispensa
- Série 15 – Exoneração
- Série 16 – Falecimento
- Série 17 – Criação de Cargos e Funções
- Série 18 – Pagamentos
- Série 19 – Reajustes. Equiparações. Promoções Salariais
- Série 20 – Avaliação de Desempenho
- Série 21 – Gratificações
  - Subsérie 1 – Gratificação a membros de Conselho
  - Subsérie 2 – Gratificação a membros de órgãos de Deliberação Coletiva
  - Subsérie 3 – Gratificação adicional por tempo de serviço ou adicional suplementar para professor de banca e comissões de concurso
  - Subsérie 4 – Gratificação de função
  - Subsérie 5 – Gratificação de magistério
  - Subsérie 6 – Gratificação de nível superior
  - Subsérie 7 – Gratificação de risco à saúde
  - Subsérie 8 – Gratificação pela execução de trabalho técnico-científico
  - Subsérie 9 – Gratificação pelo exercício de encargo de membro de banca e comissões de concurso
  - Subsérie 10 – Gratificação pelo exercício de encargo de professor em curso legalmente instituído
- Série 22 – Salário Família

Figura 16 – Última página do sumário do inventário do fundo ENMM.

- Série 23 – Descontos
- Série 24 – Licenças
  - Subsérie 1 – Licença especial
  - Subsérie 2 – Licença para capacitação
  - Subsérie 3 – Licença para interesses familiares
  - Subsérie 4 – Licença para tratamento de interesses particulares
  - Subsérie 5 – Licença para tratamento de saúde
  - Subsérie 6 – Licença prêmio
- Série 25 – Delegações de Competência
- Série 26 – Frequência
- Série 27 – Ações Disciplinares
- Série 28 – Acumulação de Cargos
- Série 29 – Averbação de tempo de serviço
- Série 30 – Aposentadoria
- Série 31 – Pensão Especial
- Série 32 – Prêmios e Títulos
- Série 33 – Viagens
- Série 34 – Eventos
- Série 35 – Comunicações, Consultas, Informações

**Grupo 7 – Gestão Financeira**

- Série 1 – Distribuição Orçamentária
- Série 2 – Movimentação Bancária
- Série 3 – Receita
- Série 4 – Balancetes
- Série 5 – Prestação de Contas

**ANEXO**

Quadro de Arranjo

Figura 17 – Informações sobre primeiro nível de descrição que apresenta o fundo ENMM.

**Nota sobre publicação:**

**ÁREA DE NOTAS**

**Notas sobre conservação:**  
**Notas gerais:**

**ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO**

**Nota do arquivista:**  
**Regras ou convenções:**  
**Data da descrição:** fevereiro de 2014

**ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS**

**Pontos de acesso e indexação de assuntos:**

---

**NÍVEL FUNDO**

**ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO**

**Código de referência:** BR UFRJ ENMM  
**Título:** Arquivo Escola Nacional de Minas e Metalurgia  
**Data(s):** 1931-1960 (produção)  
**Nível de descrição:** Fundo (1)  
**Dimensão e suporte:** Documentos textuais (1263 processos)

**ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO**

**Nome do produtor:** Escola Nacional de Minas e Metalurgia

**História administrativa:** Estabelecida pelo decreto nº 6.026, de 06 de novembro de 1875, foi a Escola de Minas solenemente instalada a 12 de outubro de 1876 em Ouro

Figura 18 – Informações sobre o segundo nível de descrição que toma como exemplo o grupo Gestão Acadêmica.

**Notas sobre conservação:** Processos em bom estado de conservação, sendo que vários documentos apresentam marcas de fungos ocasionadas pela exposição à umidade que antecede a implantação de política arquivística.

**Notas gerais:**

#### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos da DIARQ/PR-6/UFRJ, tendo resultado no trabalho de arranjo e descrição elaborado pelo Setor de Arquivo Permanente. A equipe é formada por duas arquivistas e um técnico em arquivo.

**Regras ou convenções:** Brasil: Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Tabela de Temporalidade de Documentos da UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

Tabela de Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais do ensino superior – IFES. Rio de Janeiro

**Data da descrição:** fevereiro de 2014

#### ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DOS ASSUNTOS

**Pontos de acesso e indexação de assuntos:** República Velha (1889-1930); Era Vargas (1930-1945); Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960); Ditadura Militar (1964-1985).

### NÍVEL GRUPO

#### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de referência:** BR UFRJ ENMM GAC

**Título:** Gestão Acadêmica

**Data:** 1931-1960 (produção)

**Nível de descrição:** Grupo (2)

**Dimensão e suporte:** Documentos textuais (111 processos)

#### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome do produtor:**

**História administrativa:**

**História arquivística:** Documentos acumulados pela entidade custodiadora durante o período em que a referida Escola esteve sob sua administração.

**Procedência:**

Figura 19 – Informações sobre terceiro nível de descrição que exemplifica a série Cursos Superiores (Graduação), referente ao grupo Gestão Acadêmica.

**Pontos de acesso e indexação de assuntos:**

---

## NÍVEL SÉRIE

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de referência:** BR UFRJ ENMM GAC CS(G)

**Título:** Cursos Superiores (Graduação)

**Data:** 1931-1960 (produção)

**Nível de descrição:** Série (3)

**Dimensão e suporte:** Documentos textuais (110 processos)

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome do produtor:** Escola Nacional de Minas e Metalurgia

**História administrativa:**

**História arquivística:** Documentos acumulados pela entidade custodiadora durante o período em que a referida Escola esteve sob sua administração.

**Procedência:**

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:**

**Avaliação, eliminação e temporalidade:**

**Incorporações:**

**Sistema de arranjo:** Divide-se em 13 subséries: Concursos de Admissão (Vestibular); Cursos; Matrículas; Transferência; Provas. Exames; Frequência; Estágio (Bolsas); Convênios. Intercâmbio; Solicitação de Títulos e Certificados; Colação de Grau; Assentamentos; Regime Disciplinar e Registro de Diploma (livro).

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições

**Condições de reproduções:**

**Idioma:** Português

**Características Físicas e Requisitos Técnicos:**

**Instrumento de pesquisa:**

### ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Existência e localização dos originais:**

Figura 20 – Informações sobre o nível 3,5 de descrição que mostra a subsérie Concursos de Admissão (Vestibular), referente à série Cursos Superiores (Graduação), grupo Gestão Acadêmica.

**Existência e localização dos originais:**

**Existência e localização de cópias:**

**Unidades de descrição relacionadas:**

**Nota sobre publicação:**

#### ÁREA DE NOTAS

**Notas sobre conservação:**

**Notas gerais:**

#### ÁREA DE CONTROLE DE DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:**

**Regras ou convenções:**

**Data da descrição:** fevereiro de 2014

#### ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DOS ASSUNTOS

**Pontos de acesso e indexação de assuntos:**

### NÍVEL SUBSÉRIE

#### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de referência:** BR UFRJ ENMM GAC CS(G) CA v

**Título:** Concursos de Admissão (Vestibular)

**Data:** 1932-1960 (produção)

**Nível de descrição:** Subsérie (3,5)

**Dimensão e suporte:** Documentos textuais (22 processos)

#### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome do produtor:** Escola Nacional de Minas e Metalurgia

**História administrativa:**

**História arquivística:** Documentos acumulados pela entidade custodiadora durante o período em que a referida Escola esteve sob sua administração.

**Procedência:**

#### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** Processos relacionados a editais, inscrições e recursos de concursos de habilitação à matrícula na E.N.M.M.

**Avaliação, eliminação e temporalidade:**

Reitera-se que, por se tratar de documentação administrativa, cujas informações se repetem intrinsecamente, evidencia-se que os níveis apresentam descrições sucintas – o que, logicamente, não inviabiliza o conhecimento da documentação. Afinal, é a partir do próprio instrumento que se permite saber sua abrangência para que, em caso de pesquisa, os documentos sejam consultados com precisão.

Aliás, é válido salientar que tais documentos podem atrair o interesse pela pesquisa nas mais variadas áreas de conhecimento. Quanto a isto, Rousseau e Couture (1998, p. 125) enfatizam que:

Esta diversidade de clientelas deve interessar-nos muito especialmente, porque demonstra a utilização dos documentos de arquivos definitivos para os mais diversos fins e, por consequência, justifica-se plenamente que se invista na organização e na conservação destas fontes de informação que constituem, pelos testemunhos privilegiados e objetivos que encerram, uma das respostas mais adequadas às necessidades dos especialistas de várias disciplinas.

A propósito, o conjunto documental da ENMM possui testemunhos produzidos decorrentes ao longo da relação de três décadas com a UB e, diante deste quadro, a atividade de descrição adquire mais relevância – e, nesse sentido, como sugere Bellotto (2014, p. 284), “o revelar fundos ignorados pode determinar a prioridade”.

Ademais, reconhece-se que o instrumento de pesquisa em questão também constitui ferramenta importante no que diz respeito à historiografia, pois, de acordo com Miotti (2022, p. 07) a partir da análise e identificação de fontes, é eminente a ausência da denominação *Escola Nacional de Minas e Metalurgia*, consistindo em objeto fundamental para conhecimento de um capítulo da história do ensino superior brasileiro que é praticamente desconhecido.

Se não bastasse a pesquisa em fontes eletrônicas significativas – dentre as quais se podem citar as páginas *web* tanto da atual Escola de Minas, subordinada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), quanto do Arquivo Permanente da Escola de Minas (APEM) que reúne a documentação permanente referente à instituição, bem como o verbete correspondente na Wikipédia.org – Miotti (2022, p.

06) constatou a existência de um lapso temporal no que tange à relação entre ENMM e UB, pois tal período é completamente ignorado<sup>59</sup>.

Conforme mencionado no capítulo anterior, a vinculação da ENMM à UB ocorreu em períodos governamentais relevantes, tendo duração de três décadas. Considerando o longo tempo abrangido assim como as circunstâncias que desencadearam o acontecimento em questão, observa-se que o desconhecimento dessa informação é espantoso, cuja divulgação foi propiciada graças à iniciativa do trabalho arquivístico, na medida em que se evidencia a importância da documentação administrativa para fins científicos e culturais.

Compreende-se, portanto, que a descrição arquivística do fundo ENMM visa a contribuir para a consolidação de fontes de pesquisa relacionadas no âmbito da história da ciência, ao fornecer materiais inéditos e expressivos sobre uma determinada fase da instituição que é muito pouco documentada, propondo-se a preencher lacunas correspondentes à trajetória de instituições científicas no Brasil.

---

<sup>59</sup> Durante sua participação na 12ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ e no IX Encontro de Arquivos Científicos, realizado em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Casa de Oswaldo Cruz (COC) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) – ambos ocorridos em 2023 – a autora Ana Carolina Miotti apresentou os respectivos trabalhos: *Descobrimos acervos, proporcionando histórias: o caso da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil* e *Quem é a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil?* Logo, foi informada pela museóloga do Museu da Geodiversidade, vinculado ao Instituto de Geociências da UFRJ, que o Departamento de Geologia desconhecia tal fato, assim como pelo chefe do arquivo de história da ciência do MAST, já que a instituição fora solicitada para auxiliar na organização do APEM na cidade de Ouro Preto, MG. Em conversas informais com membros da Escola Politécnica e do Instituto de Química da UFRJ, bem como do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, à referida autora disseram jamais ter ouvido falar deste acontecimento, apesar de suas longas carreiras nas áreas em questão (Nota da autora).

## 5 CONCLUSÃO

Eis uma pesquisa oriunda dos arquivos da administração, cujo tema versa sobre a fase de uma instituição na iminência de seu sesquicentenário que, durante trinta anos, esteve vinculada à primeira universidade criada pelo governo federal, cuja relação é reconhecidamente um fato esquecido, muito pouco conhecido ou praticamente desconhecido.

De fato, a descoberta deste acervo representa muito mais do que o tratamento arquivístico dispensado a massas documentais acumuladas que são, inquestionavelmente, uma realidade bastante comum nos arquivos públicos em todas as esferas de poder. Acima de tudo, esses documentos trazem informações altamente relevantes sobre um capítulo da história do ensino superior brasileiro, quando a pauta educacional ascendia com mais veemência.

Conforme mencionado no decorrer deste trabalho, trata-se de uma instituição criada no período imperial que integrava o seletivo grupo de estabelecimentos de ensino superior no país e que se tornou alvo de sucessivas mudanças nas décadas posteriores. Aliás, a emblemática obra utilizada como principal referência – publicada em homenagem ao seu centenário no ano de 1976 – divide sua trajetória em três partes, retratando como *Descida aos infernos* aquela entre 1939 e 1976, ou seja, momento temporal em que se situa esta abordagem.

Diante deste quadro, deduz-se não ser conveniente lembrar-se daquilo que se refere a um período conturbado. Afinal, reportando-se a uma tradicional instituição mineira, fruto da vontade de D. Pedro II e que fora subordinada a uma universidade criada mais de quatro décadas depois – principalmente para inibir iniciativas estaduais de estabelecer universidades livres – demonstra que esquecer pode ser alternativa cabível no tocante a determinados fatos históricos.

Entretanto, o momento em questão, isto é, entre 1931 e 1960, é bastante significativo. Com efeito, abrange o Rio de Janeiro enquanto capital da República, bem como perpassa importantes períodos governamentais, tais como a Era Vargas (1930-1945) e o governo JK (1956-1960). Além disso, abarca o início do recém-criado Ministério da Educação e respectivas reformas de ensino, tanto quanto a padronização do sistema universitário no Brasil e a vigência do Estatuto das Universidades Brasileiras. Nessa conjuntura, o cerne era a então Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Universidade do Brasil, que

adquiriu *status* de relevância, logo, tornando-se padrão e, conseqüentemente, modelo a ser seguido em todo o país.

Assim sendo, a Escola de Minas de Ouro Preto, convertida anos depois em Escola Nacional de Minas e Metalurgia (ENMM), constituía-se em uma de suas unidades universitárias – a mais distante da sede, geograficamente. Aliás, um dos principais motivos para a sua incorporação está atrelado ao isolamento físico na antiga capital de Minas Gerais, cujas tradições foram insuficientes para mantê-la como instituto federal isolado em seu estado de origem, conforme observado em documentos oficiais.

Em virtude disto, apresentar o conjunto documental da ENMM e, sobretudo, preservá-lo é deveras fundamental. Não obstante seu tempo de existência, é factível a quantidade inexpressiva de referências ao período em pauta. Em suma, o inventário resulta não somente em instrumento de pesquisa e consulta, mas também fonte essencial para a historiografia, em detrimento da ausência de materiais relacionados que, basicamente, ignoram trinta anos de história.

Vale frisar que os arquivos de terceira idade são conservados em razão de seu valor de testemunho. Além disso, constituem-se em fontes primárias indispensáveis para a pesquisa em quaisquer áreas do conhecimento, principalmente no que tange a seus objetivos científicos e culturais. Em vista disso, documentos ora desconhecidos tornam-se prioritários em programas descritivos, na medida em que divulgar conhecimento é uma das premissas básicas dos acervos de guarda permanente.

Os documentos administrativos são frequentemente considerados como ferramentas de pouquíssima relevância no âmbito da pesquisa, dado que seu conteúdo é bastante repetitivo. Apesar de ignorados ou mal vistos, consistem em peças valiosas e primordiais para a construção desta dissertação, haja vista seu valor informativo e, conseqüentemente, o resgate da relação entre duas importantes instituições.

Deve-se enfatizar, sobretudo, a trajetória centenária da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja história simplesmente preteriu um acontecimento de tal expressão. No entanto, graças a seus arquivos, este momento relevante de sua história institucional vem sendo edificado a fim de que seja reverenciado, tornando-se descabidos o desconhecimento e o esquecimento iminentes.

É válido salientar que a UFRJ, devido à magnitude de sua extensão geográfica e *campi* espalhados em território fluminense, não conhece a própria história. Conforme observado pela autora através de sua participação em eventos, bem como depoimentos informais concedidos por profissionais de longas carreiras na universidade em áreas relacionadas à ENMM, comprovou-se que muitos fatos envolvendo a instituição jamais foram relatados, justamente pelo desconhecimento dos mesmos.

Tratando-se de documentação referente a atividades meio e fim, de acordo com os instrumentos arquivísticos competentes, grande parte poderia ter sido eliminada. Entretanto, o trabalho nos arquivos implica escolhas que nem sempre são determinadas pelas tabelas de temporalidade fixadas. Logo, tendo em vista a relevância e, sobretudo, o valor de prova e testemunho relativos a um vínculo longo e desconhecido, a decisão mais viável foi a destinação para a guarda definitiva, desconsiderando os prazos de guarda oficiais.

Considerando as instituições envolvidas, ratifica-se que a descrição arquivística do fundo ENMM fornece prova irrefutável de um vínculo de três décadas que, ao longo dos anos, foi apagado. Portanto, a dissertação em questão evidencia a importância das fontes primárias no tocante a um período que é muito pouco ou quase nada documentado, constituindo-se em material inédito e expressivo para o campo da História das Ciências, elevando o papel dos arquivos de terceira idade no conhecimento de instituições científicas no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANAIIS DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. *Cum mente et malleo*. N.º 32. Oficinas Gráficas da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, 1959.

BARATA, M. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco**: berço da Engenharia brasileira. Associação dos Antigos Alunos da Politécnica. Clube de Engenharia: Rio de Janeiro, 1973.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BIOGRAFIAS. **Francisco Campos**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos). Acesso em: 11 jan. 2022.

BIOGRAFIAS. **Gustavo Capanema**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/gustavo-capanema>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BOSO, A. K. *et al.* Importância do arquivo universitário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 123-131, jan./jun., 2007.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. 1.<sup>a</sup> ed., 1<sup>a</sup> reimpr. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução n.º 28, de 17 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-28-de-17-de-fevereiro-de-2009>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 6.026, de 06 de novembro de 1875.** Cria uma Escola de Minas na Província de Minas Gerais, e dá-lhe regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6026-6-novembro-1875-550221-publicacaooriginal-65886-pe.html>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 8.727, de 04 de novembro de 1882.** Manda observar o regulamento da Escola de Minas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8727-4-novembro-1882-545956-publicacaooriginal-59489-pe.html>. Acesso em: 24. jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 9.448, de 27 de junho de 1885.** Dá novo regulamento à Escola de Minas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9448-27-junho-1885-543864-publicacaooriginal-54591-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 377-A, de 05 de maio de 1890.** Organiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-377-a-5-maio-1890-526951-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 1.258, de 10 de janeiro de 1891.** Aprova o regulamento da Escola de Minas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1258-10-janeiro-1891-513494-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 1.159, de 03 de dezembro de 1892.** Aprova o código das disposições comuns às instituições do ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1159-3-dezembro-1892-520752-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 1.546, de 18 de setembro de 1893.** Aprova o regulamento da Escola de Minas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1546-18-setembro-1893-527009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 4.017, de 11 de maio de 1901.** Aprova o regulamento da Escola de Minas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4017-11-maio-1901-521487-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 1.606, de 29 de dezembro de 1906.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 8.039, de 26 de maio de 1910.** Aprova o regulamento da Escola de Minas, com sede em Ouro Preto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8039-26-maio-1910-513082-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e superior na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 14.343, de 07 de setembro de 1920.** Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 14.486, de 22 de novembro de 1920.** Dá novo regulamento à Escola de Minas, com sede em Ouro Preto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14486-22-novembro-1920-529236-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 17.545, de 10 de novembro de 1926.** Aprova o regulamento para o curso de Química Industrial na Escola de Minas de Ouro Preto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17545-10-novembro-1926-517133-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 5.527, de 10 de setembro de 1928.** Desliga do Ministério da Agricultura, incorporando-a aos institutos federais de ensino superior a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a Escola de Minas, com sede em Ouro Preto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5527-10-setembro-1928-562425-publicacaooriginal-86444-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930.** Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931.** Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930->

[1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-exposicaodemotivos-141249-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-exposicaodemotivos-141249-pe.html).

Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observando os respectivos dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 20.865, de 28 de dezembro de 1931**. Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e Escola de Minas. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20865-28-dezembro-1931-515738-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 24.738, de 14 de julho de 1934**. Dispõe sobre a criação e organização da Universidade Técnica Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/447340/publicacao/15616697>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945**. Concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 21.321, de 18 de junho de 1946**. Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 23, de 30 de outubro de 1891**. Reorganiza os serviços da Administração Federal. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 452, de 05 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 29 jun. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 3.843, de 15 de dezembro de 1960**. Concede autonomia à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a qual, desligada da Universidade do Brasil,

passará a denominar-se Escola de Minas de Ouro Preto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3843.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.843%2C%20DE%2015.de%20Minas%20de%20Ouro%20Preto](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3843.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.843%2C%20DE%2015.de%20Minas%20de%20Ouro%20Preto). Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em 12 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: [s. n.], 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 07 jul. 2020.

CALDAS AULETE. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Organização de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

CAMPOS, E. N.; CURY, M. Z. F. Fontes primárias: saberes em movimento. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v.23, n.1/2, p.303-313, jan./dez. 1997.

CARVALHO, J. M. de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, J. M. de. **Uma instituição inovadora**: a Escola de Minas de Ouro Preto. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

CLOONAN, M. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, T. e MacNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Revisão técnica: Heloísa Liberalli Bellotto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos**: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. Coordenação da versão brasileira de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>. Acesso em 01 jun. 2020.

FAVERO, M. L. A. **A Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FONSECA, M. O. K. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/21021>. Acesso em: 13 fev. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2002.

GOMES, A. M. C., O Brasil é uma terra de amores... In: **Olhando para dentro: 1930 - 1964**, vol. 4. Coordenação de Angela Maria de Castro Gomes, 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T. e MacNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Revisão técnica: Heloísa Liberalli Bellotto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MIOTTI, A. C. O arquivo como protagonista da história: descobrindo a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 9, 12 dez. 2019.

MIOTTI, A. C. A Escola Nacional de Minas e Metalurgia nos 100 anos da UFRJ. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p.10, 17 nov. 2021.

MIOTTI, A. C. Universidade e reformas de ensino: uma história quase centenária. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. e356, 10 ago. 2022.

MIOTTI, A. C. Vazios historiográficos: uma lacuna chamada Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, n. 1, p. e412, 20 dez. 2023.

MIOTTI, A. C. Cidade Universitária, 50 anos: documentando histórias. IX Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (Comunicação oral). 09 nov. 2022.

MIOTTI, A. C. Descobrendo acervos, proporcionando histórias: o caso da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. 12.<sup>a</sup> Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (Comunicação oral). 01 jun. 2023.

MIOTTI, A. C. Quem é a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil? IX Encontro de Arquivos Científicos (Comunicação oral). 05 out. 2023.

MIOTTI, A. C.; LEITE, C. R. Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil – relato de um fundo arquivístico. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 4, p. 205-220, 2020.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Série II. Junho de 1934. Números 4-5.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução: Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1963.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TELLES, P.C.S. **História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

YEO, G. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, T. e MacNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Revisão técnica: Heloísa Liberalli Bellotto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.